



CÓD: OP-034JN-23
7908403532254

SME SOBRAL-CE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOBRAL DO ES-
TADO DO CEARÁ**

Professor de Educação Infantil e Ensino
Fundamental Inicial

Língua Portuguesa

1. Fonemas e grafemas; Relações entre fonemas e grafemas; Vogais: classificação de vogais e semivogais; Encontros vocálicos: ditongo, tritongo e hiato; Encontros consonantais e dígrafos; Divisão silábica	7
2. Acentuação gráfica; Tonicidade das palavras	8
3. Estrutura das palavras: morfemas, prefixos e sufixos; Formação de palavras: composição e derivação; Classes gramaticais	8
4. A fala e a escrita: diferenças formais e diferenças funcionais; Habilidades de leitura e matrizes de referências; Tipologia e Gênero textual.....	15

Matemática

1. Operações básicas para a construção do conceito de número: conservação de grandezas, classificação (classe e inclusão de classes), construção de sequências; Sistema de numeração decimal: operações com números naturais, inteiros, racionais e reais (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação); Resolução de problemas envolvendo números naturais, inteiros, fracionários e reais; Divisibilidade: regras de divisibilidade, resolução de problemas e fatoração; Expressões numéricas envolvendo as quatro operações (adição, subtração, multiplicação e divisão); 6. Máximo Divisor Comum (MDC) e Mínimo Múltiplo Comum (MMC): processos e resoluções de problemas	33
2. Unidade de: comprimento; área; volume; capacidade; massa; e tempo	42
3. Principais figuras geométricas planas: cálculo do perímetro e da área; Principais ângulos; Reta, segmento de reta e semirreta; Sólidos geométricos (cubo, prismas, cilindros, pirâmides e cones): identificação de faces, arestas e vértices, cálculo da superfície e do volume.....	44
4. Problemas relacionados com assuntos deste programa	55

Ciências

1. Água (composição, ciclo e importância);.....	57
2. Ar (propriedades, poluição e importância); ;.....	62
3. Ecologia (conceitos básicos: biosfera, ecossistemas, habitat, nicho ecológico, população, comunidade e noções de Educação Ambiental) ;.....	70

História

1. Processo de colonização do Brasil.....	79
2. Processo de independência: Inconfidência Mineira, Conjuração Baiana, Revolução Pernambucana de 1817; Confederação do Equador (Ceará) e Independência do Brasil	84
3. Sedição de Juazeiro (Ceará); Caldeirão; Oligarquia Acyolina (Ceará)	93
4. República: proclamação, revoluções de 1930 e 1964, redemocratização do Brasil	95
5. A História de Sobral (da Vila à Cidade)	110

Geografia

1. A criança e as relações espaciais.....	125
2. As escalas de percepção e análise do espaço geográfico: o bairro, a cidade, o município e o estado	125
3. A natureza e a sociedade: paisagens naturais e paisagens culturais	125
4. A cidade e o campo: o modo de vida urbano e o modo de vida rural	126
5. A crosta terrestre brasileira (formação, conservação, poluição e erosão do solo);	126
6. Aspectos básicos da flora e da fauna brasileira	127

Didática

1. Evolução histórica da Didática; Conceito de Didática e suas relações com a história da Pedagogia: teorias e tendências pedagógicas	131
2. Resignação da didática nos anos 90: princípios e proposições	145
3. O professor como investigador na ação didática	147
4. A relação teoria e prática no processo de ensino -aprendizagem escolar	148
5. O papel da Didática na Educação Infantil e no Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º)	149
6. As diferentes abordagens do planejamento de ensino escolar	152
7. A Didática e a interdisciplinaridade.....	155
8. O Ensino e o Desenvolvimento de Competências	167
9. Componentes básicos do plano de aula e rotina de sala	175
10. Concepções da avaliação da aprendizagem escolar: diagnóstica, emancipatória, processual, punitiva, classificatória	179

Educação Pública Municipal de Sobral

1. Plano Municipal da Educação (Lei nº 1477 de 24/06/2015; IOM nº 660 de 25/06/2015)	185
2. A Política de Alfabetização como Estratégia para a Elevação do Desempenho Escolar nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental (Livro: Prêmio Inovação em Gestão Educacional – Experiências Selecionadas/ 2006; Capítulo 09/ Ministério da Educação/ INEP)	185
3. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e suas alterações	188
4. Vencendo o Desafio da Aprendizagem nas Séries Iniciais – A Experiência de Sobral/ Ceará – MEC/INEP (Série Projeto- Boas Práticas Vol. 1).....	202
5. Políticas Educacionais no Brasil - O que podemos aprender com casos reais de implementação? - Capítulo 9: Sobressaltos ou fortuna - Secretaria Municipal de Educação de Sobral	203
6. Educação que dá certo - O caso de Sobral (CE) – Organização: Todos pela Educação. Ano de publicação: 2021	209
7. Relatório Alcançando um Nível de Educação de Excelência em Condições Socioeconômicas Adversas: O Caso de Sobral – Organização: Organização: Banco Mundial (Louise Rodrigues da Cruz Boari e André Loureiro)	220
8. Fazendo a educação dar certo – O sucesso do Ceará e Sobral nas reformas educacionais para a alfabetização universal. Organização: Banco Mundial. Ano de publicação: 2020	231
9. Competências Socioemocionais – A importância do desenvolvimento e monitoramento para a educação integral. Organização: Instituto Ayrton Senna. Ano de publicação: 2021	235
10. Gestão Escolar – Gerenciando a Escola Eficaz – conceitos e instrumentos. Organização: Fundação Luís Eduardo Magalhães. Ano de publicação: 2000	257
11. Gestão Escolar – Manual de Procedimentos e Rotinas. Organização: Fundação Luís Eduardo Magalhães. Ano de publicação: 2000.....	258
12. Currículos de Sobral/CE – Ed. Infantil, Língua Portuguesa, Ciências e Matemática	258
13. Cases de sucesso – Sobral Ceará – Organização: Instituto Alfa e Beto	258
14. Desenvolvendo lideranças escolares efetivas – Organização: Organização: Instituto de Políticas de Aprendizagem & Fundação Wallace. Ano de publicação: 2022	260
15. Ensino público com bons resultados - Estratégias e ações mapeadas por pesquisas em mais de mil redes em todas regiões do Brasil – Organização: IEDE. Ano de publicação: 2022	260
16. Protocolos do programa Educar pra Valer - Eixos gestão de rede, formação, avaliação, acompanhamento escolar e sustentabilidade e comunicação - Organização: Associação Bem Comum	260
17. Acompanhamento escolar nas redes públicas de ensino - Organização: Educar pra valer – Ano de publicação: 2020	260
18. Guia de Tutoria Pedagógica - Organização: Fundação Itaú Social	261

Educação Infantil e Alfabetização na Perspectiva de Formação de Leitores dos anos iniciais (1º ao 5º) do Ensino Fundamental

1. Autonomia da criança: significado e importância;.....	263
2. A brincadeira e o pensamento da criança.....	264
3. Evolução da linguagem escrita.....	281
4. Redação Escolar – Desenvolvimento e avaliação, relação escrita e gramática	286
5. Literatura infantil e o prazer de ler – definições, características e breves históricos	290
6. A produção de textos: desenvolvimento e avaliação.....	291
7. A contação de história como estratégia pedagógica na Educação Infantil e Ensino Fundamental.....	291
8. Jogos, ludicidade e a cultura infantil contemporânea;	292
9. Métodos de alfabetização.....	292
10. Ensino de Matemática e da Língua Materna nas séries iniciais: relação entre as duas linguagens.....	294

LÍNGUA PORTUGUESA

FONEMAS E GRAFEMAS; RELAÇÕES ENTRE FONEMAS E GRAFEMAS; VOGAIS: CLASSIFICAÇÃO DE VOGAIS E SEMIVOGAIS; ENCONTROS VOCÁLICOS: DITONGO, TRITONGO E HIATO; ENCONTROS CONSONANTAIS E DÍGRAFOS; DIVISÃO SILÁBICA

Muitas pessoas acham que fonética e fonologia são sinônimos. Mas, embora as duas pertençam a uma mesma área de estudo, elas são diferentes.

Fonética

Segundo o dicionário Houaiss, *fonética* “é o estudo dos sons da fala de uma língua”. O que isso significa? A fonética é um ramo da Linguística que se dedica a analisar os sons de modo físico-articulador. Ou seja, ela se preocupa com o movimento dos lábios, a vibração das cordas vocais, a articulação e outros movimentos físicos, mas não tem interesse em saber do conteúdo daquilo que é falado. A fonética utiliza o Alfabeto Fonético Internacional para representar cada som.

Sintetizando: a fonética estuda o movimento físico (da boca, lábios...) que cada som faz, desconsiderando o significado desses sons.

Fonologia

A fonologia também é um ramo de estudo da Linguística, mas ela se preocupa em analisar a organização e a classificação dos sons, separando-os em unidades significativas. É responsabilidade da fonologia, também, cuidar de aspectos relativos à divisão silábica, à acentuação de palavras, à ortografia e à pronúncia.

Sintetizando: a fonologia estuda os sons, preocupando-se com o significado de cada um e não só com sua estrutura física.

Bom, agora que sabemos que fonética e fonologia são coisas diferentes, precisamos de entender o que é fonema e letra.

Fonema: os fonemas são as menores unidades sonoras da fala. Atenção: estamos falando de menores unidades de som, não de sílabas. Observe a diferença: na palavra *pato* a primeira sílaba é *pa-*. Porém, o primeiro som é *pê* (P) e o segundo som é *a* (A).

Letra: as letras são as menores unidades gráfica de uma palavra.

Sintetizando: na palavra *pato*, *pa-* é a primeira sílaba; *pê* é o primeiro som; e *P* é a primeira letra.

Agora que já sabemos todas essas diferenciações, vamos entender melhor o que é e como se compõe uma sílaba.

Sílaba: A sílaba é um fonema ou conjunto de fonemas que emitido em um só impulso de voz e que tem como base uma vogal.

A sílabas são classificadas de dois modos:

Classificação quanto ao número de sílabas:

As palavras podem ser:

– Monossílabas: as que têm uma só sílaba (*pé*, *pá*, *mão*, *boi*, *luz*, *é...*)

– Dissílabas: as que têm duas sílabas (*café*, *leite*, *noites*, *caí*, *bota*, *água...*)

– Trissílabas: as que têm três sílabas (*caneta*, *cabeça*, *saúde*, *circuito*, *boneca...*)

– Polissílabas: as que têm quatro ou mais sílabas (*casamento*, *jesuíta*, *irresponsabilidade*, *paralelepípedo...*)

Classificação quanto à tonicidade

As palavras podem ser:

– **Oxítonas**: quando a sílaba tônica é a última (*ca-fé*, *ma-ra-cu-já*, *ra-paz*, *u-ru-bu...*)

– **Paroxítonas**: quando a sílaba tônica é a penúltima (*me-sa*, *sa-bo-ne-te*, *ré-gua...*)

– **Proparoxítonas**: quando a sílaba tônica é a antepenúltima (*sá-ba-do*, *tô-ni-ca*, *his-tó-ri-co...*)

Lembre-se que:

Tônica: a sílaba mais forte da palavra, que tem autonomia fonética.

Átona: a sílaba mais fraca da palavra, que não tem autonomia fonética.

Na palavra *telefone*: *te-*, *le-*, *ne-* são sílabas átonas, pois são mais fracas, enquanto que *fo-* é a sílaba tônica, já que é a pronunciada com mais força.

Agora que já sabemos essas classificações básicas, precisamos entender melhor como se dá a divisão silábica das palavras.

Divisão silábica

A divisão silábica é feita pela silabação das palavras, ou seja, pela pronúncia. Sempre que for escrever, use o hífen para separar uma sílaba da outra. Algumas regras devem ser seguidas neste processo:

Não se separa:

• **Ditongo**: encontro de uma vogal e uma semivogal na mesma sílaba (*cau-le*, *gai-o-la*, *ba-lei-a...*)

• **Tritongo**: encontro de uma semivogal, uma vogal e uma semivogal na mesma sílaba (*Pa-ra-guai*, *quais-quer*, *a-ve-ri-guou...*)

• **Dígrafo**: quando duas letras emitem um único som na palavra. Não separamos os dígrafos *ch*, *lh*, *nh*, *gu* e *qu* (*fa-cha-da*, *co-lhei-ta*, *fro-nha*, *pe-guei...*)

• **Encontros consonantais inseparáveis**: *re-cla-mar*, *psi-có-lo-go*, *pa-trão...*)

Deve-se separar:

• **Hiatos**: vogais que se encontram, mas estão em sílabas vizinhas (*sa-ú-de*, *Sa-a-ra*, *ví-a-mos...*)

• Os **dígrafos** *rr*, *ss*, *sc*, e *xc* (*car-ro*, *pás-sa-ro*, *pis-ci-na*, *ex-ce-ção...*)

• **Encontros consonantais separáveis**: *in-fec-ção*, *mag-nó-lia*, *rit-mo...*)

ACENTUAÇÃO GRÁFICA; TONICIDADE DAS PALAVRAS

A acentuação é uma das principais questões relacionadas à Ortografia Oficial, que merece um capítulo a parte. Os acentos utilizados no português são: **acento agudo** (´); **acento grave** (`); **acento circunflexo** (^); **cedilha** (,) e **til** (~).

Depois da reforma do Acordo Ortográfico, a **trema** foi excluída, de modo que ela só é utilizada na grafia de nomes e suas derivações (ex: Müller, mülleriano).

Esses são sinais gráficos que servem para modificar o som de alguma letra, sendo importantes para marcar a sonoridade e a intensidade das sílabas, e para diferenciar palavras que possuem a escrita semelhante.

A sílaba mais intensa da palavra é denominada **sílaba tônica**. A palavra pode ser classificada a partir da localização da sílaba tônica, como mostrado abaixo:

- OXÍTONA: a última sílaba da palavra é a mais intensa. (Ex: café)
 - PAROXÍTONA: a penúltima sílaba da palavra é a mais intensa. (Ex: automóvel)
 - PROPÁROXÍTONA: a antepenúltima sílaba da palavra é a mais intensa. (Ex: lâmpada)
- As demais sílabas, pronunciadas de maneira mais sutil, são denominadas **sílabas átonas**.

Regras fundamentais

CLASSIFICAÇÃO	REGRAS	EXEMPLOS
OXÍTONAS	<ul style="list-style-type: none"> • terminadas em A, E, O, EM, seguidas ou não do plural • seguidas de -LO, -LA, -LOS, -LAS 	<p style="text-align: center;">cipó(s), pé(s), armazém respeitá-la, compô-lo, comprometé-los</p>
PAROXÍTONAS	<ul style="list-style-type: none"> • terminadas em I, IS, US, UM, UNS, L, N, X, PS, Ã, ÃS, ÃO, ÃOS • ditongo oral, crescente ou decrescente, seguido ou não do plural <p>(OBS: Os ditongos "EI" e "OI" perderam o acento com o Novo Acordo Ortográfico)</p>	<p style="text-align: center;">táxi, lápis, vírus, fórum, cadáver, tórax, bíceps, imã, órfão, órgãos, água, mágoa, pônei, ideia, geleia, paranoico, heroico</p>
PROPÁROXÍTONAS	<ul style="list-style-type: none"> • todas são acentuadas 	<p style="text-align: center;">cólica, analítico, jurídico, hipérbole, último, álbi</p>

Regras especiais

REGRA	EXEMPLOS
<p>Acentua-se quando "I" e "U" tônicos formarem hiato com a vogal anterior, acompanhados ou não de "S", desde que não sejam seguidos por "NH"</p> <p>OBS: Não serão mais acentuados "I" e "U" tônicos formando hiato quando vierem depois de ditongo</p>	<p style="text-align: center;">saída, faísca, baú, país feitura, Bocaiuva, Sauipe</p>
<p>Acentua-se a 3ª pessoa do plural do presente do indicativo dos verbos "TER" e "VIR" e seus compostos</p>	<p style="text-align: center;">têm, obtêm, contêm, vêm</p>
<p style="text-align: center;">Não são acentuados hiatos "OO" e "EE"</p>	<p style="text-align: center;">leem, voo, enjoo</p>
<p style="text-align: center;">Não são acentuadas palavras homógrafas</p> <p>OBS: A forma verbal "PÔDE" é uma exceção</p>	<p style="text-align: center;">pelo, pera, para</p>

ESTRUTURA DAS PALAVRAS: MORFEMAS, PREFIXOS E SUFIXOS; FORMAÇÃO DE PALAVRAS: COMPOSIÇÃO E DERIVAÇÃO; CLASSES GRAMATICAIS

Classes de Palavras

Para entender sobre a estrutura das funções sintáticas, é preciso conhecer as classes de palavras, também conhecidas por classes morfológicas. A gramática tradicional pressupõe 10 classes gramaticais de palavras, sendo elas: adjetivo, advérbio, artigo, conjunção, interjeição, numeral, pronome, preposição, substantivo e verbo.

Veja, a seguir, as características principais de cada uma delas.

CLASSE	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
ADJETIVO	<p>Expressar características, qualidades ou estado dos seres</p> <p>Sofre variação em número, gênero e grau</p>	<p style="text-align: center;">Menina <i>inteligente</i>... Roupa <i>azul-marinho</i>... Brincadeira <i>de criança</i>... Povo <i>brasileiro</i>...</p>
ADVÉRBIO	<p>Indica circunstância em que ocorre o fato verbal</p> <p>Não sofre variação</p>	<p style="text-align: center;">A ajuda chegou <i>tarde</i>. A mulher trabalha <i>muito</i>. Ele dirige <i>mal</i>.</p>

LÍNGUA PORTUGUESA

ARTIGO	Determina os substantivos (de modo definido ou indefinido) Varia em gênero e número	A galinha botou <i>um</i> ovo. <i>Uma</i> menina deixou <i>a</i> mochila no ônibus.
CONJUNÇÃO	Liga ideias e sentenças (conhecida também como conectivos) Não sofre variação	Não gosto de refrigerante <i>nem</i> de pizza. Eu vou para a praia <i>ou</i> para a cachoeira?
INTERJEIÇÃO	Exprime reações emotivas e sentimentos Não sofre variação	<i>Ah!</i> Que calor... Escapei por pouco, <i>ufa!</i>
NUMERAL	Atribui quantidade e indica posição em alguma sequência Varia em gênero e número	Gostei muito do <i>primeiro</i> dia de aula. <i>Três</i> é a <i>metade</i> de seis.
PRONOME	Acompanha, substitui ou faz referência ao substantivo Varia em gênero e número	Posso <i>ajudar</i> , senhora? <i>Ela me</i> ajudou muito com o <i>meu</i> trabalho. <i>Esta</i> é a casa <i>onde</i> eu moro. <i>Que</i> dia é hoje?
PREPOSIÇÃO	Relaciona dois termos de uma mesma oração Não sofre variação	Espero <i>por</i> você essa noite. Lucas gosta <i>de</i> tocar violão.
SUBSTANTIVO	Nomeia objetos, pessoas, animais, alimentos, lugares etc. Flexionam em gênero, número e grau.	A <i>menina</i> jogou sua <i>boneca</i> no <i>rio</i> . A <i>matilha</i> tinha muita <i>coragem</i> .
VERBO	Indica ação, estado ou fenômenos da natureza Sofre variação de acordo com suas flexões de modo, tempo, número, pessoa e voz. Verbos não significativos são chamados verbos de ligação	<i>Ana se exercita</i> pela manhã. Todos <i>parecem</i> meio bobos. <i>Chove</i> muito em Manaus. A cidade <i>é</i> muito bonita quando vista do alto.

Substantivo

Tipos de substantivos

Os substantivos podem ter diferentes classificações, de acordo com os conceitos apresentados abaixo:

- **Comum:** usado para nomear seres e objetos generalizados. *Ex: mulher; gato; cidade...*
- **Próprio:** geralmente escrito com letra maiúscula, serve para especificar e particularizar. *Ex: Maria; Garfield; Belo Horizonte...*
- **Coletivo:** é um nome no singular que expressa ideia de plural, para designar grupos e conjuntos de seres ou objetos de uma mesma espécie. *Ex: matilha; enxame; cardume...*
- **Concreto:** nomeia algo que existe de modo independente de outro ser (objetos, pessoas, animais, lugares etc.). *Ex: menina; cachorro; praça...*
- **Abstrato:** depende de um ser concreto para existir, designando sentimentos, estados, qualidades, ações etc. *Ex: saudade; sede; imaginação...*
- **Primitivo:** substantivo que dá origem a outras palavras. *Ex: livro; água; noite...*
- **Derivado:** formado a partir de outra(s) palavra(s). *Ex: pedreiro; livraria; noturno...*
- **Simples:** nomes formados por apenas uma palavra (um radical). *Ex: casa; pessoa; cheiro...*
- **Composto:** nomes formados por mais de uma palavra (mais de um radical). *Ex: passatempo; guarda-roupa; girassol...*

Flexão de gênero

Na língua portuguesa, todo substantivo é flexionado em um dos dois gêneros possíveis: **feminino** e **masculino**.

O **substantivo biforme** é aquele que flexiona entre masculino e feminino, mudando a desinência de gênero, isto é, geralmente o final da palavra sendo **-o** ou **-a**, respectivamente (*Ex: menino / menina*). Há, ainda, os que se diferenciam por meio da pronúncia / acentuação (*Ex: avô / avó*), e aqueles em que há ausência ou presença de desinência (*Ex: irmão / irmã; cantor / cantora*).

O **substantivo uniforme** é aquele que possui apenas uma forma, independente do gênero, podendo ser diferenciados quanto ao gênero a partir da flexão de gênero no artigo ou adjetivo que o acompanha (*Ex: a cadeira / o poste*). Pode ser classificado em **epiceno** (refere-se aos animais), **sobrecomum** (refere-se a pessoas) e **comum de dois gêneros** (identificado por meio do artigo).

É preciso ficar atento à **mudança semântica** que ocorre com alguns substantivos quando usados no masculino ou no feminino, trazendo alguma especificidade em relação a ele. No exemplo *o fruto* X *a fruta* temos significados diferentes: o primeiro diz respeito ao órgão que protege a semente dos alimentos, enquanto o segundo é o termo popular para um tipo específico de fruto.

Flexão de número

No português, é possível que o substantivo esteja no **singular**, usado para designar apenas uma única coisa, pessoa, lugar (*Ex: bola; escada; casa*) ou no **plural**, usado para designar maiores quantidades (*Ex: bolas; escadas; casas*) — sendo este último representado, geralmente, com o acréscimo da letra **S** ao final da palavra.

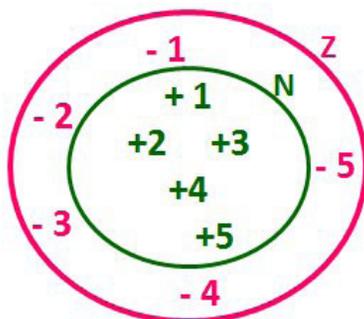
Há, também, casos em que o substantivo não se altera, de modo que o plural ou singular devem estar marcados a partir do contexto, pelo uso do artigo adequado (*Ex: o lápis / os lápis*).

MATEMÁTICA

OPERAÇÕES BÁSICAS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE NÚMERO: CONSERVAÇÃO DE GRANDEZAS, CLASSIFICAÇÃO (CLASSE E INCLUSÃO DE CLASSES), CONSTRUÇÃO DE SEQUÊNCIAS; SISTEMA DE NUMERAÇÃO DECIMAL: OPERAÇÕES COM NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS E REAIS (ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO, POTENCIAÇÃO E RADICIAÇÃO); RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS ENVOLVENDO NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS, FRACIONÁRIOS E REAIS; DIVISIBILIDADE: REGRAS DE DIVISIBILIDADE, RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS E FATORAÇÃO; EXPRESSÕES NUMÉRICAS ENVOLVENDO AS QUATRO OPERAÇÕES (ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO); 6. MÁXIMO DIVISOR COMUM (MDC) E MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM (MMC): PROCESSOS E RESOLUÇÕES DE PROBLEMAS

Conjunto dos números inteiros - z

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$, $(N \subset Z)$; o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



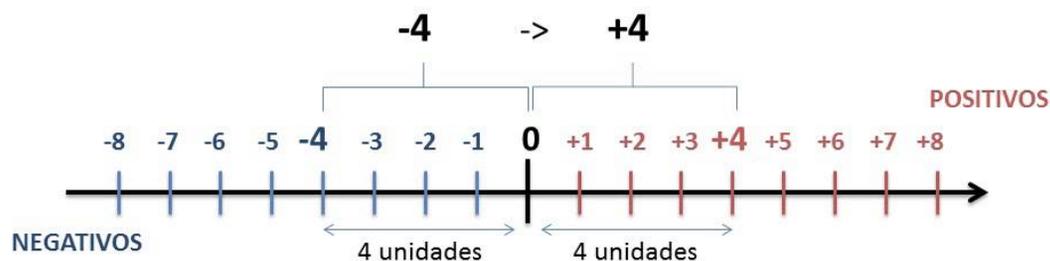
$N \subset Z$ (N está contido em Z)

Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Z^*	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	Z_+	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	Z^*_+	Conjunto dos números inteiros positivos
-	Z_-	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	Z^*_-	Conjunto dos números inteiros negativos

Observamos nos números inteiros algumas características:

- **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por $| |$. O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.
- **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos: $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$

Operações

• **Soma ou Adição:** Associamos aos números inteiros positivos a ideia de ganhar e aos números inteiros negativos a ideia de perder.

ATENÇÃO: O sinal (+) antes do número positivo pode ser dispensado, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

• **Subtração:** empregamos quando precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade; temos duas quantidades e queremos saber quanto uma delas tem a mais que a outra; temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra. A subtração é a operação inversa da adição. O sinal sempre será do maior número.

ATENÇÃO: todos parênteses, colchetes, chaves, números, ..., entre outros, precedidos de sinal negativo, tem o seu sinal invertido, ou seja, é dado o seu oposto.

Exemplo:

(FUNDAÇÃO CASA – AGENTE EDUCACIONAL – VUNESP) Para zelar pelos jovens internados e orientá-los a respeito do uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados em atividades educativas, bem como da preservação predial, realizou-se uma dinâmica elencando “atitudes positivas” e “atitudes negativas”, no entendimento dos elementos do grupo. Solicitou-se que cada um classificasse suas atitudes como positiva ou negativa, atribuindo (+4) pontos a cada atitude positiva e (-1) a cada atitude negativa. Se um jovem classificou como positiva apenas 20 das 50 atitudes anotadas, o total de pontos atribuídos foi

- (A) 50.
- (B) 45.
- (C) 42.
- (D) 36.
- (E) 32.

Resolução:

50-20=30 atitudes negativas
20.4=80
30.(-1)=-30
80-30=50

Resposta: A

• **Multiplicação:** é uma adição de números/ fatores repetidos. Na multiplicação o produto dos números a e b , pode ser indicado por $a \times b$, $a \cdot b$ ou ainda ab sem nenhum sinal entre as letras.

• **Divisão:** a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro, diferente de zero, dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

ATENÇÃO:

1) No conjunto Z , a divisão não é comutativa, não é associativa e não tem a propriedade da existência do elemento neutro.

2) Não existe divisão por zero.

3) Zero dividido por qualquer número inteiro, diferente de zero, é zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Na multiplicação e divisão de números inteiros é muito importante a **REGRA DE SINAIS:**

Sinais iguais (+) (+); (-) (-) = resultado sempre positivo .
Sinais diferentes (+) (-); (-) (+) = resultado sempre negativo .

Exemplo:

(PREF.DE NITERÓI) Um estudante empilhou seus livros, obtendo uma única pilha 52cm de altura. Sabendo que 8 desses livros possui uma espessura de 2cm, e que os livros restantes possuem espessura de 3cm, o número de livros na pilha é:

- (A) 10
- (B) 15
- (C) 18
- (D) 20
- (E) 22

Resolução:

São 8 livros de 2 cm: $8 \cdot 2 = 16$ cm
Como eu tenho 52 cm ao todo e os demais livros tem 3 cm, temos:

$52 - 16 = 36$ cm de altura de livros de 3 cm
 $36 : 3 = 12$ livros de 3 cm

O total de livros da pilha: $8 + 12 = 20$ livros ao todo.

Resposta: D

• **Potenciação:** A potência a^n do número inteiro a , é definida como um produto de n fatores iguais. O número a é denominado a *base* e o número n é o *expoente*. $a^n = a \times a \times a \times a \times \dots \times a$, a é multiplicado por a n vezes. Tenha em mente que:

– Toda potência de **base positiva** é um número **inteiro positivo**.

– Toda potência de **base negativa** e **expoente par** é um número **inteiro positivo**.

– Toda potência de **base negativa** e **expoente ímpar** é um número **inteiro negativo**.

Propriedades da Potenciação

1) Produtos de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e somam-se os expoentes. $(-a)^3 \cdot (-a)^6 = (-a)^{3+6} = (-a)^9$

2) Quocientes de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e subtraem-se os expoentes. $(-a)^8 : (-a)^6 = (-a)^{8-6} = (-a)^2$

3) Potência de Potência: Conserva-se a base e multiplicam-se os expoentes. $[(-a)^5]^2 = (-a)^{5 \cdot 2} = (-a)^{10}$

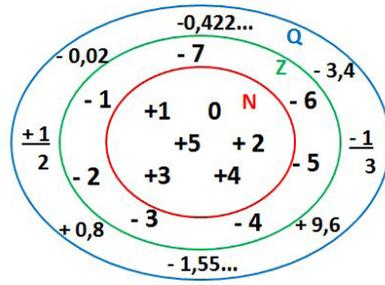
4) Potência de expoente 1: É sempre igual à base. $(-a)^1 = -a$ e $(+a)^1 = +a$

5) Potência de expoente zero e base diferente de zero: É igual a 1. $(+a)^0 = 1$ e $(-b)^0 = 1$

Conjunto dos números racionais – Q

Um número racional é o que pode ser escrito na forma $\frac{m}{n}$, onde m e n são números inteiros, sendo que n deve ser diferente de zero. Frequentemente usamos m/n para significar a divisão de m por n .

MATEMÁTICA



N C Z C Q (N está contido em Z que está contido em Q)

Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Q^*	Conjunto dos números racionais não nulos
+	Q_+	Conjunto dos números racionais não negativos
* e +	Q^*_+	Conjunto dos números racionais positivos
-	Q_-	Conjunto dos números racionais não positivos
* e -	Q^*_-	Conjunto dos números racionais negativos

Representação decimal

Podemos representar um número racional, escrito na forma de fração, em número decimal. Para isso temos duas maneiras possíveis:

1º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, um número finito de algarismos. Decimais Exatos:

$$\frac{2}{5} = 0,4$$

2º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, infinitos algarismos (nem todos nulos), repetindo-se periodicamente Decimais Periódicos ou Dízimas Periódicas:

$$\frac{1}{3} = 0,333...$$

Representação Fracionária

É a operação inversa da anterior. Aqui temos duas maneiras possíveis:

1) Transformando o número decimal em uma fração numerador é o número decimal sem a vírgula e o denominador é composto pelo numeral 1, seguido de tantos zeros quantas forem as casas decimais do número decimal dado. Ex.:

$$0,035 = 35/1000$$

2) Através da fração geratriz. Aí temos o caso das dízimas periódicas que podem ser simples ou compostas.

– *Simple*s: o seu período é composto por um mesmo número ou conjunto de números que se repete infinitamente. Exemplos:

<p>* 0,444... Período: 4 (1 algarismo)</p> <p>$0,444... = \frac{4}{9}$</p>	<p>* 0,313131... Período: 31 (2 algarismos)</p> <p>$0,313131... = \frac{31}{99}$</p>	<p>* 0,278278278... Período: 278 (3 algarismos)</p> <p>$0,278278278... = \frac{278}{999}$</p>
---	---	--

Procedimento: para transformarmos uma dízima periódica simples em fração basta utilizarmos o dígito 9 no denominador para cada quantos dígitos tiver o período da dízima.

CIÊNCIAS

ÁGUA (COMPOSIÇÃO, CICLO E IMPORTÂNCIA)

A água no planeta

Cerca de 71% da superfície da Terra é coberta por água em estado líquido. Do total desse volume, 97,4% aproximadamente, está nos oceanos, em estado líquido.

A água dos oceanos é salgada: contém muito cloreto de sódio, além de outros sais minerais.

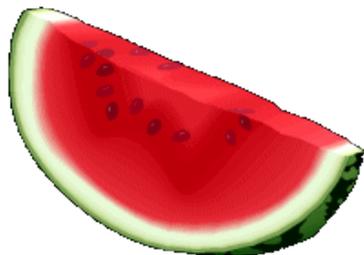
Mas a água em estado líquido também aparece nos rios, nos lagos e nas represas, infiltrada nos espaços do solo e das rochas, nas nuvens e nos seres vivos. Nesses casos ela apresenta uma concentração de sais geralmente inferior a água do mar. É chamada de água doce e corresponde a apenas cerca de 2,6% do total de água do planeta.

Cerca de 1,8% da água doce do planeta é encontrado em estado sólido, formando grandes massas de gelo nas regiões próximas dos pólos e no topo de montanhas muito elevadas. As águas subterrâneas correspondem a 0,96% da água doce, o restante está disponível em rios e lagos.

A presença de água nos seres vivos

Um dos fatores que possibilitaram o surgimento e a manutenção da vida na Terra é a existência da água. Ela é um dos principais componentes da biosfera e cobre a maior parte da superfície do planeta.

Na Biosfera, existem diversos ecossistemas, ou seja, diversos ambientes na Terra que são habitados por seres vivos das mais variadas formas e tamanhos. Às vezes, nos esquecemos que todos esses seres vivos têm em comum a água presente na sua composição. Veja alguns exemplos.



Água-viva Melancia

A água-viva chega a ter 95% de água na composição do seu corpo. A melancia e o pepino chegam a ter 96% de água na sua composição.

Portanto a água não está presente apenas nas plantas; ela também faz parte do corpo de muitos animais.

É fácil comprovar que o nosso corpo, por exemplo, contém água. Bebemos água várias vezes ao dia, ingerimos muitos alimentos que contém água e expelimos do nosso corpo vários tipos de líquidos que possuem água, por exemplo, suor, urina, lágrimas, etc.

O que é a água?

A água é uma das substâncias mais comuns em nosso planeta. Toda a matéria (ou a substância) na natureza é feita por partículas muito pequenas, invisíveis a olho nu, os átomos.

Cada tipo de átomo pertence a um determinado elemento químico. Os átomos de oxigênio, hidrogênio, carbono e cloro são alguns exemplos de elementos químicos que formam as mais diversas substâncias, como a água, o gás carbônico, etc.

Os grupos de átomos unidos entre si formam moléculas. Cada molécula de água, por exemplo, é formada por dois átomos de hidrogênio e um de oxigênio. A molécula de água é representada pela fórmula química H_2O . Em cada 1 g de água há cerca de 30 000 000 000 000 000 000 000 (leia: "trinta sextilhões") de moléculas de água.

Estados físicos da matéria

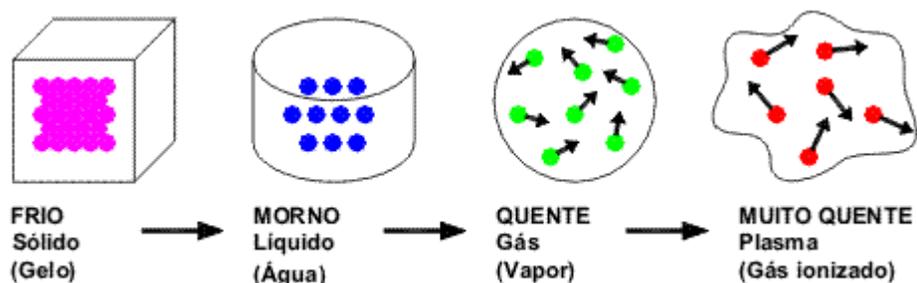
Quando nos referimos à água, a ideia que nos vem de imediato à mente é a de um líquido fresco e incolor. Quando nos referimos ao ferro, imaginamos um sólido duro. Já o ar nos remete à ideia de matéria no estado gasoso.

Toda matéria que existe na natureza se apresenta em uma dessas formas - sólida, líquida ou gasosa. É o que chamamos de estados físicos da matéria.

No **estado sólido**, as moléculas de água estão bem "presas" umas às outras e se movem muito pouco: elas ficam "balançando", vibrando, mas sem se afastarem muito umas das outras. Não é fácil variar a forma e o volume de um objeto sólido, como a madeira de uma porta ou o plástico de que é feita uma caneta, por exemplo.

O **estado líquido** é intermediário entre o sólido e o gasoso. Nele, as moléculas estão mais soltas e se movimentam mais que no estado sólido. Os corpos no estado líquido não mantêm uma forma definida, mas adotam a forma do recipiente que os contém, pois as moléculas deslizam umas sobre as outras. Na superfície plana e horizontal, a matéria, quando em estado líquido, também se mantém na forma plana e horizontal.

No **estado gasoso** a matéria está muito expandida e, muitas vezes, não podemos percebê-la visualmente. Os corpos no estado gasoso não possuem volume nem forma próprios e também adotam a forma do recipiente que os contém. No estado gasoso, as moléculas se movem mais livremente que no estado líquido, estão muito mais distantes umas das outras que no estado sólido ou líquido, e se movimentam em todas as direções. Frequentemente há colisões entre elas, que se chocam também com a parede do recipiente em que estão. É como se fossem abelhas presas em uma caixa, e voando em todas as direções.



Em resumo: no estado sólido as moléculas de água vibram em posições fixas. No estado líquido, as moléculas vibram mais do que no estado sólido, mas dependente da temperatura do líquido (quanto mais quente, maior a vibração, até se desprenderem, passando para o estado gasoso, em um fenômeno conhecido como ebulição). Conseqüentemente, no estado gasoso (vapor) as moléculas vibram fortemente e de forma desordenada.

Propriedades da água

A água é um solvente

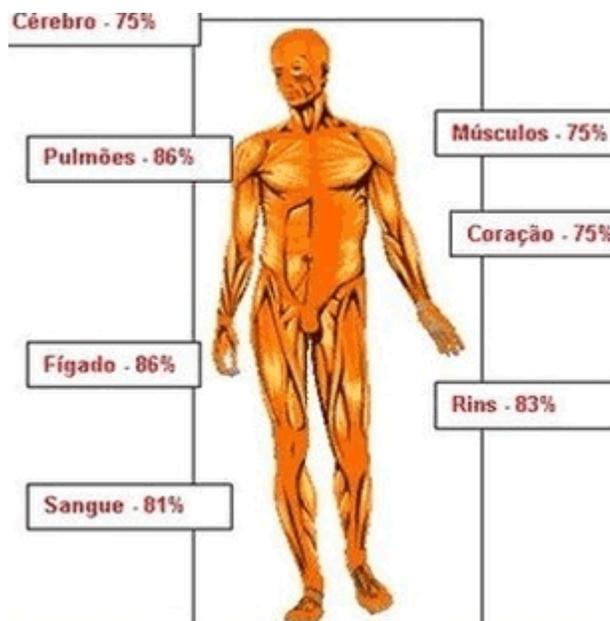
No ambiente é muito difícil encontrar água pura, em razão da facilidade com que as outras substâncias se misturam a ela. Mesmo a água da chuva, por exemplo, ao cair, traz impurezas do ar nela dissolvidas.

Uma das importantes propriedades da água é a capacidade de dissolver outras substâncias. A água é considerada **solvente universal**, porque é muito abundante na Terra e é capaz de dissolver grande parte das substancias conhecidas.

Se percebermos na água cor, cheiro ou sabor, isso se deve a substâncias (líquidos, sólidos ou gases) nela presentes, dissolvidas ou não.

As substâncias que se dissolvem em outras (por exemplo: o sal) recebem a denominação de soluto. A substância que é capaz de dissolver outras, como a água, é chamada de solvente. A associação do soluto com o solvente é uma solução.

A propriedade que a água tem de atuar como solvente é fundamental para a vida. No sangue, por exemplo, várias substâncias - como sais minerais, vitaminas, açúcares, entre outras - são transportadas dissolvidas na água.



Porcentagem de água em alguns órgãos do corpo humano.

Nas plantas, os sais minerais dissolvidos na água são levados das raízes às folhas, assim como o alimento da planta (açúcar) também é transportado dissolvido em água para todas as partes desse organismo.

No interior dos organismos vivos, ocorrem inúmeras reações químicas indispensáveis a vida, como as que acontecem na digestão. A maioria dessas reações químicas no organismo só acontece se as substâncias químicas estiverem dissolvidas em água.

A água como regulador térmico

A água tem a capacidade de absorver e conservar calor. Durante o dia, a água absorve parte do calor do Sol e o conserva até a noite. Quando o Sol está iluminando o outro lado do planeta, essa água já começa a devolver o calor absorvido ao ambiente.

Ela funciona, assim, como reguladora térmica. Por isso, em cidades próximas ao litoral, é pequena a diferença entre a temperatura durante o dia e à noite. Já em cidades distantes do litoral, essa diferença de temperatura é bem maior.

É essa propriedade da água que torna a sudorese (eliminação do suor) um mecanismo importante na manutenção da temperatura corporal de alguns animais.

Quando o dia está muito quente, suamos mais. Pela evaporação do suor eliminado, liberamos o calor excedente no corpo. Isso também ocorre quando corremos, dançamos ou praticamos outros exercícios físicos.

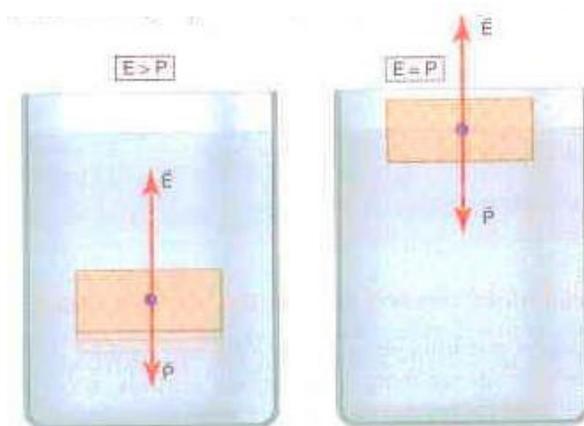
Flutuar ou afundar?

Você já se perguntou por que alguns objetos afundam na água? Porque um prego afunda e um navio flutua na água? O que faz com que a água sustente alguns objetos, de forma que eles consigam flutuar nela?

Entender porque alguns objetos afundam na água enquanto outros flutuam é muito importante na construção de navios, submarinos etc. Se na água um prego afunda e um navio flutua, está claro que isso não tem nada a ver com o fato de o objeto ser leve ou pesado, já que um prego tem algumas gramas e um navio pesa toneladas.

Na água podemos erguer uma pessoa fazendo pouco esforço, enquanto fora da água não conseguiríamos nem movê-la do chão. Isso acontece porque a água empurra o corpo de uma pessoa para cima. A força que a água exerce nos corpos mergulhados de baixo para cima (como um “empurrão”), é denominada **empuxo**.

A quantidade de água deslocada pelos corpos é um importante fator para a flutuação ou afundamento dos objetos. O prego, por ter pouco volume, desloca um mínimo de água quando mergulhado. Já o navio por ser muito volumoso, desloca uma grande quantidade de água. Então seu “peso” fica equilibrado pela força com que a água o “empurra”, ou seja, pelo empuxo.



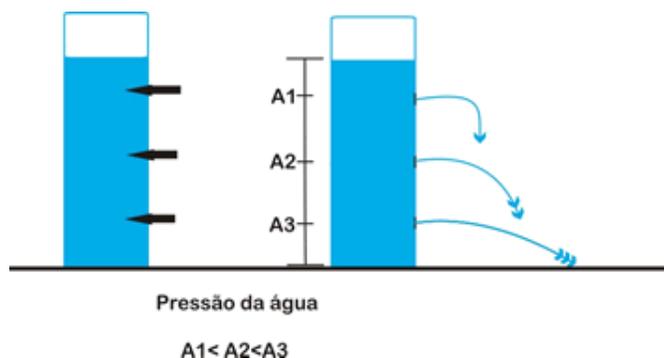
Quando o empuxo (*E*) é igual ao peso (*P*) o objeto flutua, porém quando o peso é maior que o empuxo o objeto afunda. O submarino quando quer afundar aumenta seu peso enchendo seus tanques de água do mar.

A água exerce pressão

Você já tentou segurar com o dedo o jato de água que sai de uma mangueira? O que aconteceu? A água impedida pelo dedo de fluir, exerce pressão e sai com mais força.

Todos os líquidos em geral exercem pressões. Uma maneira de demonstrar a pressão exercida por uma coluna de “líquido” é efetuar orifícios numa garrafa plástica de 2 litros (destas de refrigerante) e enchê-la de água.

• A experiência ilustrada abaixo indica que a pressão exercida por um líquido aumenta com a profundidade, pois a vazão do primeiro furo é menor que a vazão dos outros dois. Pode-se verificar que quanto maior a profundidade ou altura de líquido, o filete de água atinge uma maior distância. Diz-se que a pressão é maior e depende da profundidade do orifício considerado.



Pressão e mergulho

Quando uma pessoa mergulha, pode sentir dor na parte interna da orelha. Você sabe por que isso acontece? Novamente, a explicação está relacionada à pressão que a água exerce.

Quando mergulhamos, à medida que nos deslocamos para o fundo, aumenta a altura da coluna líquida acima de nós. Quanto maior a altura dessa coluna, maior será a pressão exercida pelo líquido sobre nós. Por essa razão, nas profundezas dos oceanos a pressão da água é grande e o homem não consegue chegar até lá sem equipamentos de proteção contra a pressão.

HISTÓRIA

PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO BRASIL

BRASIL COLÔNIA

Brasil: Primeiros Tempos

Entre 1500 e 1530, além de enviarem algumas expedições de reconhecimento do litoral (**guarda-costas**), os portugueses estabeleceram algumas feitorias no litoral do Brasil, onde adquiriam pau-brasil dos indígenas em troca de mercadorias como espelhos, facas, tesouras e agulhas¹.

Tratava-se, portanto, de uma troca muito simples: o **escambo**, isto é, troca direta de mercadorias, envolvendo portugueses e indígenas. Os indígenas davam muito valor às mercadorias oferecidas pelos portugueses, a exemplo de tesouras ou facas, que eram rapidamente aproveitadas em seus trabalhos.

Mas, em termos de valor de mercado, o escambo era mais vantajoso para os portugueses, pois ofereciam mercadorias baratas, enquanto o pau-brasil alcançava excelente preço na Europa. Além disso, os indígenas faziam todo o trabalho de abater as árvores, arrumar os troncos e carregá-los até as feitorias. Não por acaso, os portugueses incluíam machados de ferro entre as ofertas, pois facilitavam imensamente a derrubada das árvores.

A exploração do pau-brasil, madeira valiosa para o fabrico de tintura vermelha para tecidos, foi reservada como monopólio exclusivo do rei, sendo, portanto, um produto sob regime de **estanco**. Mas o rei arrendava esse privilégio a particulares, como o comerciante **Fernando de Noronha**, primeiro contratante desse negócio, em 1501.

Capitanias Hereditárias e o Governo Geral

No início do século XVI, cerca de 65% da renda do Estado português provinha do comércio ultramarino. O monarca português transformou-se em um autêntico empresário, agraciando nobres e mercadores com a concessão de monopólios de rotas comerciais e de terras na Ásia, na África e na América.

Apesar da rentabilidade do pau-brasil, nas primeiras décadas do século XVI a importância do litoral brasileiro para Portugal era sobretudo estratégica. A frota da Índia, que concentrava os negócios portugueses, contava com escalas no Brasil para reparos de navios de reabastecimento de alimentos e água. A presença crescente de navegadores franceses no litoral, também interessados no pau-brasil, foi vista pela Coroa portuguesa como uma ameaça.

Na prática, disputavam o território com os portugueses, ignorando o **Tratado de Tordesilhas** (1494), pois julgavam um abuso esse acordo, fosse ele reconhecido ou não pelo papa. Tornou-se célebre a frase do rei francês Francisco I, dizendo desconhecer o “testamento de Adão” que dividia o mundo entre os dois reinos ibéricos.

Capitanias Hereditárias

Para preservar a segurança da rota oriental, os portugueses organizaram a colonização do Brasil. A solução adorada por D. João III, em 1532, foi o sistema de **capitanias hereditárias**, que já havia sido utilizado na colonização do arquipélago da Madeira.

O litoral foi dividido em capitanias, concedidas, em geral, a cavaleiros da pequena nobreza que se destacaram na expansão para a África e para a Índia. Em suas respectivas capitanias, os donatários ficavam incumbidos de representar o rei no que se referia à defesa militar do território, ao governo dos colonos, à aplicação da justiça e à arrecadação dos impostos, recebendo, em contrapartida, privilégios particulares.

Os direitos e deveres dos donatários eram fixados na **carta de doação**, complementada pelos **forais**. Em recompensa por arcar com os custos da colonização, os donatários recebiam vasta extensão de terras para sua própria exploração, incluindo o direito de transmitir os benefícios e o cargo a seus herdeiros.

Além disso, eram autorizados a receber parte dos impostos devidos ao rei, em especial 10% de todas as rendas arrecadadas na capitania e 5% dos lucros derivados da exploração do pau-brasil.

Outra atribuição dos capitães era a distribuição de terras aos colonos que as pudessem cultivar, o que se fez por meio da concessão de sesmarias, cujos beneficiários ficavam obrigados a cultivar a terra em certo período ou a arrendá-la. No caso das terras concedidas permanecerem incultas, a lei estabelecia que estas deveriam ser confiscadas e retornar ao domínio da Coroa. Mas não foi raro, no Brasil, burlar-se essa exigência da lei, de modo que muitos colonos se assenhoravam de vastas terras, mas só exploravam parte delas.

O regime de capitanias hereditárias inaugurou no Brasil um sistema de tremenda confusão entre os interesses públicos e particulares, o que, aliás, era típico da monarquia portuguesa e de muitas outras desse período.

D. João III estabeleceu o sistema de capitanias hereditárias com o objetivo específico de povoar e colonizar o Brasil. Com exceção de **São Vicente** e **Pernambuco**, as demais capitanias não prosperaram. Em 1548, o rei decidiu criar o Governo-geral, na Bahia, com vistas a centralizar a administração colonial.

Governo Geral

Foi por meio das sesmarias que se iniciou a economia açucareira no Brasil, difundindo-se as lavouras de cana-de-açúcar e os engenhos. Embora tenha começado em São Vicente, ela logo se desenvolveu em Pernambuco, capitania mais próspera no século XVI.

As demais fracassaram ou mal foram povoadas. Várias delas não resistiram ao cerco indígena, como a do Espírito Santo. Na Bahia, o donatário Francisco Pereira Coutinho foi devorado pelos tupinambás. Em Porto Seguro, o capitão Pero do Campo Tourinho acabou se indispondo com os colonos e enviado preso a Lisboa.

A Coroa portuguesa percebeu as deficiências desse sistema ainda no século XVI e reincorporou diversas capitanias ao patrimônio real, como capitanias da Coroa. Constatou também que muitos donatários não tinham recursos nem interesse para desbravar

¹ *História. Ensino Médio. Ronaldo Vainfas [et al.] 3ª edição. São Paulo. Saraiva.*

o território, atrair colonos e vencer a resistência indígena. Assim, a partir da segunda metade do século XVI, a Coroa preferiu criar capitanias reais, como a do Rio de Janeiro. Algumas delas foram mantidas como particulares e hereditárias, como a de Pernambuco.

Porém, a maior inovação foi a criação do **Governo-geral**, em 1548, com o objetivo de centralizar o governo da colônia, coordenando o esforço de defesa, fosse contra os indígenas rebeldes, fosse contra os navegadores e piratas estrangeiros, sobretudo franceses, que acossavam vários pontos do litoral. A capitania escolhida para sediar o governo foi a Bahia, transformada em capitania real.

Tomé de Souza, primeiro governador do Brasil, chegou à Bahia em 1549 e montou o aparelho de governo com funcionários previstos no **Regimento do Governo-geral**: o **capitão-mor**, encarregado da defesa militar, o **ouvidor-mor**, encarregado da justiça; o **provedor-mor**, encarregado das finanças; e o **alcaide-mor**, incumbido da administração de Salvador, capital do então chamado Estado do Brasil.

No mesmo ano, chegaram os primeiros jesuítas, iniciando-se o processo de evangelização dos indígenas, sendo criado, ainda, o primeiro bispado da colônia, na Bahia, com a nomeação do bispo D. Pero Fernandes Sardinha.

A implantação do Governo-geral, a criação do bispado baiano e a chegada dos missionários jesuítas foram, assim, processos articulados e simultâneos. Por outro lado, a Bahia passou a ser importante foco de povoamento, tornando-se, ao lado de Pernambuco, uma das principais áreas açucareiras da América portuguesa.

Disputas Coloniais

Nos primeiros trinta anos do século XVI, os grupos indígenas do litoral não sofreram grande impacto com a presença dos europeus no litoral, limitados a buscar o pau-brasil. E certo que franceses e portugueses introduziram elementos até então estranhos à cultura dos tupis, como machados e facas, entre outros. Mas isso não alterou substancialmente as identidades culturais nativas.

A partir dos anos 1530, franceses e portugueses passaram a disputar o território e tudo mudou. A implantação do Governo-geral português na Bahia, em 1549, não inibiu tais iniciativas. Mas foi na segunda metade do século XVI que ocorreu a mais importante iniciativa de **ocupação francesa**, do que resultou a fundação da **França Antártica**, na baía da Guanabara.

França Antártica

Por volta de 1550, o cavaleiro francês Nicolau Durand de Villegagnon concebeu o plano de estabelecer uma colônia francesa na baía da Guanabara, com o objetivo de criar ali um refúgio para os **huguenotes** (como eram chamados os protestantes), além de dar uma base estável para o comércio de pau-brasil. O lugar ainda não tinha sido povoado pelos portugueses.

Villegagnon recebeu o apoio do huguenote Gaspard de Coligny, almirante que gozava de forte prestígio na corte francesa. A ideia de conquistar um pedaço do Brasil animou também o cardeal de Lorena, um dos maiores defensores da Contrarreforma na França e conselheiro do rei Henrique II.

O projeto de colonização francesa nasceu, portanto, marcado por sérias contradições de uma França dilacerada por conflitos políticos e religiosos. Uns desejavam associar a futura colônia ao calvinismo, enquanto outros eram católicos convictos. Henrique II, da França, apoiou a iniciativa e financiou duas naus armadas com recursos para o estabelecimento dos colonos. Villegagnon aportou na Guanabara em novembro de 1555 e fundou o Forte Coligny para

repelir qualquer retaliação portuguesa. O fator para o êxito inicial foi o apoio recebido dos tamoios, sobretudo porque os franceses não escravizavam os indígenas nem lhes tomavam as terras.

Conflitos Internos

A colônia francesa era carente de recursos e logo se viu atormentada pelos conflitos religiosos herdados da metrópole. Os colonos chegavam a se matar por discussões sobre o valor dos sacramentos e do culto aos santos, gerando revoltas e punições exemplares.

Do lado português, **Mem de Sá**, terceiro governador-geral desde 1557, foi incumbido de expulsar os franceses da baía da Guanabara, região considerada estratégica para o controle do Atlântico Sul. Em 1560, as tropas de Mem de Sá tomaram o Forte Coligny, mas a resistência francesa foi intensa, apoiada pela coalizão indígena chamada **Confederação dos Tamoios**.

As guerras pelo território prosseguiram até que **Estácio de Sá**, sobrinho do governador, passou a comandar a guerra de conquista contra a aliança franco-tamoia. Aliou-se aos temiminós, liderados por **Arariboia**, inimigos mortais dos tamoios. A guerra luso-francesa na Guanabara foi também uma guerra entre temiminós e tamoios, razão pela qual cada grupo escolheu alianças com os oponentes europeus.

Em 12 de março de 1565, em meio a constantes combates, foi fundada a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Seu governo foi confiado a Estácio de Sá, morto por uma flecha envenenada em 20 de janeiro de 1567, mesmo ano em que os portugueses expulsaram os franceses do Rio de Janeiro. Os tamoios, por sua vez, foram massacrados pelos temiminós, cujo chefe, Arariboia, foi presenteado com terras e títulos por seus serviços ao rei de Portugal.

França Equinocial

Derrotados na Guanabara, os franceses tentaram ocupar outra parte do Brasil, no início do século XVII. Desta vez o alvo foi a capitania do Maranhão. Confiou-se a tarefa a **Daniel de la Touche**, senhor de La Ravardiére, que foi acompanhado de dois frades capuchinhos que se tornaram famosos: Claude d'Abbeville e Yves d'Evreux, autores de crônicas importantes sobre o Maranhão.

Em 1612, os franceses fundaram a **França Equinocial** e nela construíram o Forte de São Luís. Mas também ali houve disputas internas e falta de recursos para manter a conquista. Os portugueses tiraram proveito dessa situação, liderados por Jerônimo de Albuquerque. À frente de milhares de soldados, incluindo indígenas, ele moveu campanha contra os franceses em 1613 e finalmente os derrotou em 1615, tomando o Forte de São Luís.

Os Jesuítas

A catequese dos indígenas foi um dos objetivos da colonização portuguesa, embora menos importante do que os interesses comerciais. No entanto, a crescente resistência indígena ao avanço dos portugueses e a aliança que muitos grupos estabeleceram com os franceses fizeram a Coroa perceber que, sem a "pacificação" dos nativos, o projeto colonizador estaria ameaçado.

Assim, em 1549, desembarcaram os primeiros jesuítas, liderados por Manoel da Nóbrega, incumbidos de transformar os "gentios" em cristãos. A **Companhia de Jesus** era a ordem religiosa com maior vocação para essa tarefa, pois seu grande objetivo era expandir o catolicismo nas mais remotas partes do mundo. Desde o início, os jesuítas perceberam que a tarefa seria difícilíssima, pois os padres tinham de lidar com povos desconhecidos e culturas diversas.

A solução foi adaptar o catolicismo às tradições nativas, começando pelo aprendizado das línguas, procedimento que os jesuítas também utilizaram na China, na Índia e no Japão. Com esse aprendizado, os padres chegaram a elaborar uma gramática que preparava os missionários para a tarefa de evangelização. José de Anchieta compôs, por volta de 1555, uma gramática da língua tupi, que era a língua mais falada pelos indígenas do litoral. Por essa razão, o tupi acabou designado como “língua geral”.

As Missões

Havia a necessidade de definir onde e como realizar a catequese. De início, os padres iam às aldeias, onde se expunham a enormes perigos. Nessa tentativa, alguns até morreram devorados pelos indígenas.

Em Outros casos, eles tinham de enfrentar os pajés, aos quais chamavam feiticeiros, guardiões das crenças nativas. Para contornar tais dificuldades, os jesuítas elaboraram um “plano de aldeamento”, em 1558, cujo primeiro passo era trazer os nativos de suas malocas para os aldeamentos da Companhia de Jesus dirigidos pelos padres. Os jesuítas entendiam que, para os indígenas deixarem de ser gentios e se transformarem em cristãos, era preciso deslocá-los no espaço: levá-los da aldeia tradicional para o aldeamento colonial.

Foi esse o procedimento que deu maiores resultados. Esta foi uma alteração radical no método da catequese, com grande impacto na cultura indígena. Os aldeamentos foram concebidos pelos jesuítas para substituir as aldeias tradicionais. Os padres realizaram o grande esforço de traduzir a doutrina cristã para a cultura indígena, estabelecendo correspondências entre o catolicismo e as tradições nativas.

Foi assim, por exemplo, que o deus cristão passou a ser chamado de Tupã (trovão, divinizado pelos indígenas). A doutrinação colheu melhores resultados com as crianças, já que ainda não conheciam bem as tradições tupis. A encenação de peças teatrais para a exaltação da religião cristã - os autos jesuíticos - foi importante instrumento pedagógico. Os autos mobilizavam as crianças como atores ou membros do coro.

Mas os indígenas resistiram muito à mudança de hábitos. Os colonos, por sua vez, queriam-nos como escravos para trabalhar nas lavouras. Os jesuítas lutaram, desde cedo, contra a escravização dos indígenas pelos colonos portugueses, alegando que o fundamental era doutriná-los, e assim conseguiram do rei várias leis proibindo o cativo indígena.

Sociedade Colonial X Jesuítas

No século XVI, os jesuítas perderam a luta contra os interesses escravistas. No século XVII, porém, organizaram melhor as missões, sobretudo no Maranhão e no Pará, e afastaram os aldeamentos dos núcleos coloniais para dificultar a ação dos apresadores.

Defenderam com mais vigor a “liberdade dos indígenas”, no que se destacou **Antônio Vieira**, principal jesuíta português atuante no Brasil e autor de inúmeros sermões contra a cobiça dos senhores coloniais. Embora condenassem a escravização indígena, os jesuítas sempre defenderam a escravidão africana, desde que os senhores tratassem os negros com brandura e cuidassem de prover sua instrução no cristianismo.

Assim os jesuítas conseguiram conciliar os objetivos missionários com os interesses mercantis da colonização. Expandiram seus aldeamentos por todo o Brasil, desde o sul até a região amazônica. Na segunda metade do século XVIII, a Companhia de Jesus era uma das mais poderosas e ricas instituições da América portuguesa.

A Ação dos Bandeirantes

Na América portuguesa, desde o século XVI os colonos foram os maiores adversários dos jesuítas. Preferiam, sempre que possível, obter escravos indígenas, mais baratos do que os africanos. No entanto, eram os chamados mamelucos, geralmente filhos de portugueses com índias, os oponentes mais diretos dos nativos. Os mamelucos eram homens que dominavam muito bem a língua nativa, chamada de “língua geral”, conheciam os segredos das matas, sabiam como enfrentar os animais ferozes e, por isso, eram contratados para “caçar indígenas”.

Muitas vezes negociavam com os chefes das aldeias a troca de prisioneiros por armas, cavalos e pólvora. Outras vezes capturavam escravos nas aldeias ou nos próprios aldeamentos dirigidos pelos missionários. Esses mamelucos integravam as expedições chamadas de bandeiras. Alguns historiadores diferenciam as bandeiras, expedições de iniciativas particulares, das entradas, patrocinadas pela Coroa ou pelos governadores.

Entretanto, os dois tipos de expedição se confundiam, seja nos objetivos, seja na composição de seus membros, embora o termo entrada fosse mais utilizado nos casos de repressão de rebeliões e de exploração territorial. Desde o século XVI, o objetivo principal das entradas e bandeiras era procurar riquezas no interior, chamado na época de sertões, e escravizar indígenas.

Os participantes dessas expedições eram, em geral, chamados de bandeirantes. Ao longo do século XVII, as expedições bandeirantes alargaram os domínios portugueses na América, que ultrapassaram a linha divisória estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas. No final do século XVII, os bandeirantes acabaram encontrando o tão cobiçado ouro na região depois conhecida como Minas Gerais.

União Ibérica e Brasil Holandês

Em 1578, o jovem rei português D. Sebastião partiu à frente de numeroso exército para enfrentar o xarife do Marrocos na famosa Batalha de Alcácer-Quibir. Perdeu a batalha e a vida. Como era solteiro e não tinha filhos, a Coroa passou para seu tio-avô, o cardeal D. Henrique, que morreu dois anos depois.

Felipe II, rei da Espanha, cuja mãe era tia-avó de D. Sebastião, reivindicou a Coroa e mandou invadir Portugal, sendo aclamado rei com o título de Felipe I. Portugal foi unido à Espanha sob o governo da dinastia dos Habsburgos, iniciando-se a União Ibérica, que duraria 60 anos (1580-1640).

Durante esse período de dominação filipina, ocorreram modificações importantes na colônia. Em 1609, foi criado o Tribunal da Relação da Bahia, o primeiro tribunal de justiça no Brasil. No mesmo ano, uma lei reafirmou a proibição do cativo indígena. Em 1621, houve a divisão do território em dois Estados: o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão, este último mais tarde chamado de Estado do Grão-Pará e Maranhão, subordinado diretamente a Lisboa.

Outra inovação foram as visitas da Inquisição, realizadas para averiguar a fé dos colonos, sobretudo a dos cristãos-novos, descendentes de judeus e suspeitos de conservar as antigas crenças em segredo.

Nesse período, da União Ibérica, as fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas foram atenuadas, uma vez que Portugal passou a pertencer à Espanha. Por meio dos avanços dos bandeirantes, os limites do Brasil se expandiram para oeste, norte e sul. Mas com essa união Portugal acabou herdando vários inimigos dos espanhóis, dentre eles os holandeses. E não tardou muito para que a atenção deles se voltasse para as prósperas capitânicas açucareiras do Brasil.

GEOGRAFIA

A CRIANÇA E AS RELAÇÕES ESPACIAIS

A exploração do espaço ocorre a partir do nascimento, através de experiências que a criança realiza no seu redor e em todas as interações com o meio. Neste processo de conscientização do espaço ocupado pelo próprio corpo, há dois aspectos essenciais: o esquema corporal e a lateralidade.

A base cognitiva sobre a qual se define a exploração do espaço, depende tanto de funções motoras, quanto da percepção do espaço imediato. A consciência do próprio corpo, de suas posturas e dos seus movimentos desenvolve-se lentamente na criança, e constrói-se desde o nascimento até a adolescência em função do amadurecimento do sistema nervoso

Na escola a aprendizagem espacial está voltada para a compreensão das formas pelas quais a sociedade organiza seu espaço. O trabalho de orientação, localização e representação deve partir do espaço próximo. Aqui a realidade ou o meio em que se vive é o ponto de partida e de chegada. Suas primeiras relações espaciais que a criança estabelece, usando referenciais elementares como dentro, fora, ao lado, na frente, atrás, perto, longe, dentre outros.

Essas relações todas, são a base para o trabalho sobre o espaço geográfico, sendo que a localização geográfica se constrói à medida que o sujeito se torna capaz de estabelecer relações de vizinhança, separação, ordem, envolvimento e continuidade entre os elementos a serem localizados.

Temos ainda as relações espaciais projetivas, que surgem com o aparecimento da perspectiva, trazendo uma alteração qualitativa na concepção espacial da criança.

Depois dos 8-9 anos, a criança ainda tem a noção de perspectiva inconcebível: ela não consegue separar o mundo exterior de sua representação. Em relação a distinção de direita e esquerda (lateralidade), as crianças entre 5 e 8 anos distinguem apenas o que se acha à sua direita e à sua esquerda, o que já é possível para crianças de 8 a 11 anos. No entanto, é somente a partir dos 11 ou 12 anos que a criança será capaz de situar os objetos independente da sua própria posição.

Analisando o objeto quanto a sua espacialidade, Hannoun considera três categorias:

- 1) a interioridade (refere-se à noção de 'dentro'),
- 2) a exterioridade (refere-se à noção de 'fora de') e
- 3) a delimitação (decorrente das duas anteriores, refere-se à 'extremidade', 'limite').

Hannoun distingue ainda quatro categorias que podem ser aplicadas ao espaço geográfico:

- 1) a interioridade (quando há inclusão),
- 2) a exterioridade (quando uma área é exterior a outra),
- 3) a intersecção (quando há uma parte comum) e
- 4) a continuidade (quando as áreas são limítrofes).

Para que a criança atinja um nível de estudo geográfico de organização espacial, é preciso criar nela os hábitos de distinguir, analisar e reconhecer as partes de um todo.

AS ESCALAS DE PERCEÇÃO E ANÁLISE DO ESPAÇO GE- OGRÁFICO: O BAIRRO, A CIDADE, O MUNICÍPIO E O ES- TADO

Aqui definimos os conceitos que distinguem e que auxiliam a criação desses espaços:

Bairro - menor unidade de urbanização. Assim sendo trata-se de divisões geográficas das cidades repletas de particularidades. Podem ser classificados segundo a comunidade que os habita ou os elementos que os compõem: residenciais, comerciais e industriais.

Cidade - espaço urbano de um município que é delimitado por um perímetro urbano. Os critérios para essa classificação é ter um número mínimo de habitantes e uma infraestrutura que atenda minimamente as condições dessa população, mesmo que essa cidade seja dependente de outras que se localizem próximas a ela.

Município - espaço territorial político dentro de um estado ou unidade federativa. Trata-se do espaço administrado por uma prefeitura. O município possui a sua zona rural e a zona urbanizada, assim como ele pode possuir várias cidades.

Estado - entidade com poder soberano para governar um povo dentro de uma área territorial delimitada.

A NATUREZA E A SOCIEDADE: PAISAGENS NATURAIS E PAISAGENS CULTURAIS

A paisagem é aquilo que se vê (o conjunto dos elementos materiais) e se percebe (sons, cheiros, movimentos) num determinado momento, em uma porção do espaço.

Paisagem natural - ambiente que apresenta apenas elementos da natureza, ou seja, nesse tipo de área não há intervenção humana. Suas características naturais são, portanto, preservadas, não sofrem nenhum tipo de modificação que não seja de ordem natural. Note que que podemos encontrar paisagens naturais em meio a paisagens culturais, como por exemplo as áreas de preservação ambiental.

Paisagem cultural - ambiente que apresenta dois elementos naturais e culturais, ou seja, é o ambiente que já sofreu intervenção humana. O ser humano, desde os primórdios de sua existência, estabelece relações com o meio em que vive utilizando os recursos naturais disponíveis para sua sobrevivência e adapta-o segundo as suas necessidades. A inclusão de elementos culturais dá-se segundo a construção do espaço geográfico, expressando-se assim a cultura de determinadas sociedades. As paisagens culturais apresentam maior dinamicidade, pois estão em constante alteração.

A CIDADE E O CAMPO: O MODO DE VIDA URBANO E O MODO DE VIDA RURAL

Existem diferenças significativas entre os modos de vida rural e urbano. Essas diferenças nos fazem sentir os mais variados domínios: urbano e rural.

As atividades profissionais

O que vemos amplamente no meio rural é a predominância da agricultura, da pecuária, da silvicultura e outras atividades ligadas à exploração de recursos naturais. Por esta razão, a população pertence, na sua maioria, ao setor primário.

Já no meio urbano, ao contrário, são atividades predominantes: o comércio, os serviços, e a indústria. A população pertence, na sua quase totalidade, aos setores secundários e terciários.

A ocupação dos tempos livres

Meio rural: são poucos e variam com a época do ano e com o ritmo a que se desenrolam os trabalhos agrícolas. Destacamos como principais manifestações culturais nestas áreas: os jogos tradicionais, as danças e os cantares populares.

Meio urbano: aqui encontramos uma situação bem diferente. Os horários de trabalho e os vários ritmos de vida, bem como a existência de uma variedade cultural, do desporto e de entretenimento, permitem à população uma escolha mais alargada na ocupação dos tempos livres e de lazer.

Deslocamento

Meio rural: a população dedica-se principalmente à agricultura e às habitações, normalmente unifamiliares, encontram-se, muitas vezes, integradas nos campos de cultura. Com isso, deslocamento das pessoas para os locais de trabalho são geralmente curtas e feitas a pé.

Meio urbano: as populações vivem normalmente em blocos de apartamentos longe dos locais de trabalho, algumas vezes ou na maior parte das vezes a quilómetros de distância. Além disso, é sobretudo no centro das cidades que se situam as zonas comerciais e de serviços e as quais as pessoas afluem frequentemente.

A população utiliza-se dos mais diversos meios de transporte: automóveis, metrô, trens, balsas, entre outros. Observa-se este movimento nos dois sentidos: pela manhã é em direção ao centro urbano e ao fim da tarde é o regresso a casa.

As ruas das cidades são, portanto muito movimentadas e por elas circulam, sem cessar, pessoas e veículos. Com todo esse movimento, os transportes são, por vezes, lentos e difíceis.

A CROSTA TERRESTRE BRASILEIRA (FORMAÇÃO, CONSERVAÇÃO, POLUIÇÃO E EROÇÃO DO SOLO);

A crosta terrestre ¹ é a camada mais externa e fina da Terra. Representa cerca de 1% do Planeta e estende-se a, no máximo, 80 quilômetros de profundidade. Ela é formada por três tipos de estruturas geológicas, caracterizadas pelos tipos de rochas, processo de formação e idade geológica. Sendo eles os dobramentos modernos, os maciços antigos e as bacias sedimentares. Além disso, ela é dividida em:

- Crosta oceânica: formada por basalto. Recobre 60% da superfície do Planeta e tem pelo menos 180 milhões de anos, sendo a mais jovem das camadas da Terra
- Crosta continental: composta por granito.

Sua formação ocorreu há cerca de 4,5 bilhões de anos no Pré-Cambriano. Nesse tempo geológico ocorreu o resfriamento do magma, resultando na cristalização de minerais e a transformação molecular das rochas, classificadas como magmáticas e metamórficas.



Estrutura da crosta terrestre ²

O território brasileiro fica sobre a placa tectônica sul-americana e tem estrutura rochosa antiga e estável, livre de tremores intensos. A estrutura geológica do Brasil é feita de maciços antigos e bacias sedimentares, não ocorrendo à existência de dobramentos modernos. Os maciços antigos ou escudos cristalinos são os terrenos mais antigos da crosta terrestre, constituídos por rochas magmáticas e metamórficas. Nesses maciços apareceram as jazidas minerais metálicos (ferro, ouro, manganês, prata, cobre, alumínio e estanho) que representam 36% da superfície do Brasil.

Já as bacias sedimentares são o resultado do acúmulo de sedimentos do desgaste das rochas, de organismos vegetais, animais ou de camadas de lava vulcânica solidificada. Como tem grande quantidade de material fossilizado em suas camadas, essas estruturas formam importantes recursos minerais energéticos como o petróleo, o gás natural e o carvão mineral. A estrutura geológica brasileira é constituída predominantemente por bacias sedimentares, que recobrem 64% do seu território.

¹ Disponível em <https://www.todamateria.com.br/crosta-terrestre/> Acesso 18.01.2023]

² (Fonte: <https://www.todamateria.com.br/crosta-terrestre/>)

Conservação do solo

Quando não recebe o devido tratamento, o solo pode perder suas propriedades naturais e se tornar infértil. Para a conservação do solo, algumas medidas podem ser adotadas:

- Conservação da vegetação nativa: uma dos meios mais importantes para conservar o solo é não praticar o desmatamento.
- Combate à erosão: realizado através do sistema de curvas de nível. São feitas valas em sentido circular no solo de regiões altas (montanhas, morros, serras).
- Reflorestamento: com a falta de vegetação pode ocorrer erosão. Com a plantação de árvores em regiões que passaram por desmatamentos, evita-se a erosão.
- Rotação de cultura: a área de plantações pode ser dividida em partes, de forma que uma delas ficará sempre em repouso. Com isso, logo após a colheita, é possível deixar sempre uma área em repouso com a finalidade do mesmo se recuperar.

Poluição do Solo

Toda e qualquer mudança na natureza do solo, causada pelo contato com resíduos sólidos e resíduos líquidos, produtos químicos os quais causam deterioração ao ponto de tornar-se a terra inútil ou até gerar um risco a saúde.

Principais Tipos

- Detritos da vida urbana – grande quantidade de detritos é a principal fonte causadora da poluição dos solos. É responsável pela produção exacerbada de lixo nas grandes cidades.
- Depósitos ilegais de despejos industriais - descarte indevido metais pesados, produtos químicos de alto risco, além de detritos sólidos pelas indústrias.
- Agrotóxicos e adubação incorreta – ocorrem principalmente nas áreas rurais. Os principais vilões são a utilização indiscriminada de defensivos agrícolas, bem como a adubação incorreta ou excessiva.

Principais consequências

Perda da fauna, a esterilização da terra para plantação e a contaminação da água (incluindo os lençóis freáticos).

Erosão do solo

Trata-se de um processo natural e presente na dinâmica do planeta há milhares de anos (tempo geológico). Esse fenômeno consiste no desgaste do solo e das rochas de áreas mais altas para áreas mais baixas, ocasionando a sedimentação dos detritos.

Fatores que contribuem com a erosão

Eles podem acontecer naturalmente ou por meio da ação do ser humano. Na natureza, o intemperismo (o conjunto de processos químicos, biológicos e físicos que alteram toda a estrutura rochosa do solo) causa a desintegração e transformação das rochas.

O intemperismo químico ocorre pela ação das águas (de rio, mar ou precipitações). O contato das rochas com a água, modificam-nas internamente, pois há uma interação entre os componentes da água com os componentes minerais das rochas.

No intemperismo físico (variação das temperaturas), com o frio, as rochas contraem-se e, com o calor, elas dilatam.

Já no intemperismo biológico (o que mais contribui para os processos erosivos), a ação dos organismos vivos, como as raízes de plantas e pequenos animais que vivem no solo (formigas, minhocas) que adentram as rochas e o solo, modificando-os e abrindo pequenos canais, o que facilita a ocorrência de processos erosivos.

Consequências da erosão

O risco de deslizamento é maior quando ocorre o desmatamento das áreas de morro, pois o solo sem cobertura vegetal fica mais desprotegido das fortes chuvas.

O assoreamento é outra consequência da erosão, que pode causar a seca de vários cursos d'água, por reduzir a profundidade e, com o passar dos anos, causa a perda da biodiversidade aquática.

ASPECTOS BÁSICOS DA FLORA E DA FAUNA BRASILEIRA

O Brasil possui uma das biodiversidades mais ricas do mundo, detentor das maiores reservas de água doce e de um terço das florestas tropicais que ainda não foram desmatadas. Ele é formado por seis biomas de características distintas: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal. Cada um desses ambientes abriga diferentes tipos de vegetação e de fauna.

Como a vegetação é um dos componentes mais importantes da biota, seu estado de conservação e de continuidade definem a existência ou não de habitats para as espécies, a manutenção de serviços ambientais e o fornecimento de bens essenciais à sobrevivência de populações humanas.

Amazônia

Constitui a maior área remanescente de florestas tropicais do mundo. Ela ocupa cerca de 49,29% do território brasileiro.

Localização: Abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia e uma porção do Mato Grosso, Maranhão e Tocantins.

Condições climáticas: Clima quente e úmido, com temperaturas variando entre 20°C a 41°C durante o ano. As precipitações pluviométricas são superiores a 1800 mm/ano. A umidade na região apresenta índices de 80 a 100%.

Flora: Castanheiro-do-pará, a seringueira, a sumaúma, o guaraná e uma diversidade de plantas epífitas.

Fauna: insetos, anfíbios, jiboias, sucuris, bichos-preguiça, peixe-boi, botos, onças-pintadas e pirarucu.

Caatinga

Representa 10% do território brasileiro. Uma de suas principais características são suas plantas que se adaptaram à falta de água do ambiente.

A sobrevivência das plantas da Caatinga é sua resistência em períodos de seca, visto que elas armazenam água em seus troncos e folhas.

Localização: Abrange os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia e Norte de Minas Gerais.

Condições climáticas: Clima semi-árido, com índices pluviométricos entre 500 mm a 700 mm anuais e temperatura entre 24°C a 26°C.

DIDÁTICA

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA DIDÁTICA; CONCEITO DE DIDÁTICA E SUAS RELAÇÕES COM A HISTÓRIA DA PEDAGOGIA: TEORIAS E TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS

A organização didática do processo de ensino-aprendizagem passa por três momentos importantes: o planejamento, a execução e a avaliação. Como processo, esses momentos sempre se apresentam inacabados, incompletos, imperfeitos, flexíveis e abertos a novas reformulações e contribuições dos professores e dos próprios alunos, com a finalidade de aperfeiçoá-los de maneira contínua e permanente à luz das teorias mais contemporâneas. Como processo, esses momentos também se apresentam interligados uns aos outros, sendo difícil identificarmos onde termina um para dar lugar ao outro e vice-versa. Há execução e avaliação enquanto se planeja; há planejamento e avaliação enquanto se executa; há planejamento e execução enquanto se avalia. No texto pretendemos estudar o Planejamento, deixando claro que separar o planejamento dos demais momentos da organização didática do processo, apenas responde a uma questão metodológica para seu melhor tratamento.

No universo da educação, especialmente no ambiente escolar a palavra **didática** está presente de forma imperativa, afinal são componentes fundamentais do cotidiano escolar os materiais didáticos, livros didáticos, projetos didáticos e a própria didática como um instrumento qualificador do trabalho do professor em sala de aula. Afinal, a partir do significado atribuído à didática no campo educacional, é comum ouvir que o professor *x* ou *y* é um bom professor porque tem didática.

Para as teorias da educação, porém, a didática é mais do que um termo utilizado para representar a dicotomia entre o bom e o mal professor ou para designar os materiais utilizados no ambiente escolar. Termo de origem grega (*didaktiké*), a didática foi instituída no século XVI como ciência reguladora do ensino. Mais tarde Comenius atribuiu seu caráter pedagógico ao defini-la como a arte de ensinar.

Nos dias atuais, a definição de didática ganhou contornos mais amplos e deve ser compreendida enquanto um campo de estudo que discute as questões que envolvem os processos de ensino. Nessa perspectiva a didática pode ser definida como um ramo da ciência pedagógica voltada para a formação do aluno em função de finalidades educativas e que tem como objeto de estudo os processos de ensino e aprendizagem e as relações que se estabelecem entre o ato de ensinar (professor) e o ato de aprender (aluno). Nesta perspectiva a didática passa a abordar o ensino ou a arte de ensinar como um trabalho de mediação de ações pré-definidas destinadas à aprendizagem, criando condições e estratégias que assegurem a construção do conhecimento.

Nesse contexto, a Didática enquanto campo de estudo visa propor princípios, formas e diretrizes que são comuns ao ensino de todas as áreas de conhecimento. Não se restringe a uma prática de ensino, mas se propõe a compreender a relação que se estabelece entre três elementos: professor, aluno e a matéria a ser ensinada.

Ao investigar as relações entre o ensino e a aprendizagem mediadas por um ato didático, procura compreender também as relações que o aluno estabelece com os objetos do conhecimento. Para isso privilegia a análise das condições de ensino e suas relações com os objetivos, conteúdos, métodos e procedimentos de ensino.

Entretanto, postular que o campo de estudo da Didática é responsável por produzir conhecimentos sobre modos de transmissão de conteúdos curriculares através de métodos e conhecimentos não deve reduzir a Didática a visão de estudo meramente tecnicista. Ao contrário, a produção de conhecimentos sobre as técnicas de ensino oriundas desse campo de estudo tem por objetivo tornar a prática docente reflexiva, para que a ação do professor não seja uma mera reprodução de estratégias presentes em livros didáticos ou manuais de ensino. Não basta ao professor reproduzir pressupostos teóricos ou programas disciplinares pré-estabelecidos, as informações acumuladas na prática ao longo do processo ensino-aprendizagem devem despertar a capacidade crítica capaz de proporcionar questionamentos e reflexões sobre essas informações a fim de garantir uma transformação na prática. Como um processo em constante transformação, a formação do educador exige esta interligação entre a teoria e a prática como forma de desenvolvimento da capacidade crítica profissional.¹

A didática, o processo de aprendizagem e a organização do processo didático

A didática é uma disciplina técnica e que tem como objeto específico a técnica de ensino (direção técnica da aprendizagem). A Didática, portanto, estuda a técnica de ensino em todos os aspectos práticos e operacionais, podendo ser definida como:

“A técnica de estimular, dirigir e encaminhar, no decurso da aprendizagem, a formação do homem”. (AGUAYO)

Didática Geral e Especial

A Didática Geral estuda os princípios, as normas e as técnicas que devem regular qualquer tipo de ensino, para qualquer tipo de aluno.

A Didática Geral nos dar uma visão geral da atividade docente.

A Didática Especial estuda aspectos científicos de uma determinada disciplina ou faixa de escolaridade. A Didática Especial analisa os problemas e as dificuldades que o ensino de cada disciplina apresenta e organiza os meios e as sugestões para resolvê-los. Assim, temos as didáticas especiais das línguas (francês, inglês, etc.); as didáticas especiais das ciências (Física, Química, etc.).

Didática e Metodologia

Tanto a Didática como a metodologia estudam os métodos de ensino. Há, no entanto, diferença quanto ao ponto de vista de cada uma. A Metodologia estuda os métodos de ensino, classificando-os e descrevendo-os sem fazer juízo de valor.

A Didática, por sua vez, faz um julgamento ou uma crítica do valor dos métodos de ensino. Podemos dizer que a metodologia nos dá juízos de realidades, e a Didática nos dá juízos de valor.

¹ Fonte: www.infoescola.com

- Juízos de realidade são juízos descritivos e constatativos.

Exemplos:

- ☒ Dois mais dois são quatro.
- ☒ Acham-se presentes na sala 50 alunos.

- Juízos de valor são juízos que estabelecem valores ou normas.

Exemplo:

- ☒ A democracia é a melhor forma de governo.
- ☒ Os velhos merecem nosso respeito.

A partir dessa diferenciação, concluímos que podemos ser metodologistas sem ser didáticos, mas não podemos ser didáticos sem ser metodologistas, pois não podemos julgar sem conhecer. Por isso, o estudo da metodologia é importante por uma razão muito simples: para escolher o método mais adequado de ensino precisamos conhecer os métodos existentes.

Educação escolar, pedagogia e Didática

A educação escolar constitui-se num sistema de instrução e ensino com propósitos intencionais, práticas sistematizadas e alto grau de organização, ligado intimamente as demais práticas sociais. Pela educação escolar democratizam-se os conhecimentos, sendo na escola que os trabalhadores continuam tendo a oportunidade de prover escolarização formal aos seus filhos, adquirindo conhecimentos científicos e formando capacidades de pensar criticamente os problemas e desafios postos pela realidade social.

A Pedagogia é um campo de conhecimentos que investiga a natureza das finalidades da educação numa determinada sociedade, bem como os meios apropriados para a formação dos indivíduos, tendo em vista prepará-los para as tarefas da vida social.

Uma vez que a prática educativa é o processo pelo qual são assimilados conhecimentos e experiências acumulados pela prática social da humanidade, cabe à Pedagogia assegurar-lo, orientando-o para finalidades sociais e políticas, e criando um conjunto de condições metodológicas e organizativas para viabilizá-lo.

O caráter pedagógico da prática educativa se verifica como ação consciente, intencional e planejada no processo de formação humana, através de objetivos e meios estabelecidos por critérios socialmente determinados e que indicam o tipo de homem a formar, para qual sociedade, com que propósitos. Vincula-se pois a opções sociais. A partir daí a Pedagogia pode dirigir e orientar a formulação de objetivos e meios do processo educativo.

Podemos, agora, explicar as relações entre educação escolar, Pedagogia e ensino: a educação escolar, manifestação peculiar do processo educativo global: a Pedagogia como determinação do rumo desse processo em suas finalidades e meios de ação; o ensino como campo específico da instrução e educação escolar. Podemos dizer que o processo de ensino-aprendizagem é, fundamentalmente, um trabalho pedagógico no qual se conjugam fatores externos e internos. De um lado, atuam na formação humana como direção consciente e planejada, através de objetivos/conteúdos/métodos e formas de organização propostos pela escola e pelos professores; de outro, essa influência externa depende de fatores internos, tais como as condições físicas, psíquicas e sócio-culturais dos alunos.

A Pedagogia sendo ciência da e para a educação, estuda a educação, a instrução e o ensino. Para tanto compõe-se de ramos de estudo próprios como a Teoria da Educação, a Didática, a Organização

Escolar e a História da Educação e da Pedagogia. Ao mesmo tempo, busca em outras ciências os conhecimentos teóricos e práticos que concorrem para o esclarecimento do seu objeto, o fenômeno educativo. São elas a Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, Biologia da Educação, Economia da educação e outras.

A Didática é o principal ramo de estudos da Pedagogia. Ela investiga os fundamentos, condições e modos de realização da instrução e do ensino. A ela cabe converter objetivos sócio-políticos e pedagógicos em objetivos de ensino, selecionar conteúdos e métodos em função desses objetivos, estabelecer os vínculos entre ensino e aprendizagem, tendo em vista o desenvolvimento das capacidades mentais dos alunos. A Didática está intimamente ligada à Teoria da Educação e à Teoria da Organização Escolar e, de modo muito especial, vincula-se a Teoria do Conhecimento e à Psicologia da Educação.

A Didática e as metodologias específicas das matérias de ensino formam uma unidade, mantendo entre si relações recíprocas. A Didática trata da teoria geral do ensino. As metodologias específicas, integrando o campo da Didática, ocupam-se dos conteúdos e métodos próprios de cada matéria na sua relação com fins educacionais. A Didática, com base em seus vínculos com a Pedagogia, generaliza processos e procedimentos obtidos na investigação das matérias específicas, das ciências que dão embasamento ao ensino e a aprendizagem e das situações concretas da prática docente. Com isso, pode generalizar para todas as matérias, sem prejuízo das peculiaridades metodológicas de cada uma, o que é comum e fundamental no processo educativo escolar.

Há uma estreita ligação da Didática com os demais campos do conhecimento pedagógico. A Filosofia e a História da Educação ajudam a reflexão em torno das teorias educacionais, indagando em que consiste o ato educativo, seus condicionantes externos e internos, seus fins e objetivos; busca os fundamentos da prática docente.

A Sociologia da Educação estuda a educação com processo social e ajuda os professores a reconhecerem as relações entre o trabalho docente e a sociedade. Ensina a ver a realidade social no seu movimento, a partir da dependência mútua entre seus elementos constitutivos, para determinar os nexos constitutivos da realidade educacional. A partir disso estuda a escola como “fenômeno sociológico”, isto é, uma organização social que tem a sua estrutura interna de funcionamento interligada ao mesmo tempo com outras organizações sociais (conselhos de pais, associações de bairros, sindicatos, partidos políticos). A própria sala de aula é um ambiente social que forma, junto com a escola como um todo, o ambiente global da atividade docente organizado para cumprir os objetivos de ensino.

A Psicologia da Educação estuda importantes aspectos do processo de ensino e da aprendizagem, como as implicações das fases de desenvolvimento dos alunos conforme idades e os mecanismos psicológicos presentes na assimilação ativa de conhecimentos e habilidades. A psicologia aborda questões como: o funcionamento da atividade mental, a influência do ensino no desenvolvimento intelectual, a ativação das potencialidades mentais para a aprendizagem, organização das relações professor-alunos e dos alunos entre si, a estimulação e o despertamento do gosto pelo estudo etc.

A Estrutura e Funcionamento do Ensino inclui questões da organização do sistema escolar nos seus aspectos políticos e legais, administrativos, e aspectos do funcionamento interno da escola

como a estrutura organizacional e administrativa, planos e programas, organização do trabalho pedagógico e das atividades discentes etc.²

O Processo Didático Pedagógico de Ensinar e Aprender

Didática é considerada como arte e ciência do ensino, o objetivo deste artigo é analisar o processo didático educativo e suas contribuições positivas para um melhor desempenho no processo de ensino-aprendizagem. Como arte a didática não objetiva apenas o conhecimento por conhecimento, mas procura aplicar os seus próprios princípios com a finalidade de desenvolver no indivíduo as habilidades cognoscitivas, tornando-os críticos e reflexivos, desenvolvendo assim um pensamento independente.

Nesse Artigo abordamos esse assunto acerca das visões de Libâneo (1994), destacando as relações e os processos didáticos de ensino e aprendizagem, o caráter educativo e crítico desse processo de ensino, levando em consideração o trabalho docente além da organização da aula e seus componentes didáticos do processo educacional tais como objetivos, conteúdos, métodos, meios de ensino e avaliação. Concluímos o nosso trabalho ressaltando a importância da didática no processo educativo de ensino e aprendizagem.

Processos Didáticos Básicos, Ensino e Aprendizagem.

A Didática é o principal ramo de estudo da pedagogia, pois ela situa-se num conjunto de conhecimentos pedagógicos, investiga os fundamentos, as condições e os modos de realização da instrução e do ensino, portanto é considerada a ciência de ensinar. Nesse contexto, o professor tem como papel principal garantir uma relação didática entre ensino e aprendizagem através da arte de ensinar, pois ambos fazem parte de um mesmo processo. Segundo Libâneo (1994), o professor tem o dever de planejar, dirigir e controlar esse processo de ensino, bem como estimular as atividades e competências próprias do aluno para a sua aprendizagem.

A condição do processo de ensino requer uma clara e segura compreensão do processo de aprendizagem, ou seja, deseja entender como as pessoas aprendem e quais as condições que influenciam para esse aprendizado. Sendo assim Libâneo (1994) ressalta que podemos distinguir a aprendizagem em dois tipos: *aprendizagem casual e a aprendizagem organizada*.

a. Aprendizagem casual: É quase sempre espontânea, surge naturalmente da interação entre as pessoas com o ambiente em que vivem, ou seja, através da convivência social, observação de objetos e acontecimentos.

b. Aprendizagem organizada: É aquela que tem por finalidade específica aprender determinados conhecimentos, habilidades e normas de convivência social. Este tipo de aprendizagem é transmitido pela escola, que é uma organização intencional, planejada e sistemática, as finalidades e condições da aprendizagem escolar é tarefa específica do ensino (LIBÂNEO, 1994. Pág. 82).

Esses tipos de aprendizagem tem grande relevância na assimilação ativa dos indivíduos, favorecendo um conhecimento a partir das circunstâncias vivenciadas pelo mesmo.

O processo de assimilação de determinados conhecimentos, habilidades, percepção e reflexão é desenvolvido por meios atitudinais, motivacionais e intelectuais do aluno, sendo o professor o principal orientador desse processo de assimilação ativa, é através disso que se pode adquirir um melhor entendimento, favorecendo um desenvolvimento cognitivo.

² Fonte: www.pedagogiadidatica.blogspot.com.br

Através do ensino podemos compreender o ato de aprender que é o ato no qual assimilamos mentalmente os fatos e as relações da natureza e da sociedade. Esse processo de assimilação de conhecimentos é resultado da reflexão proporcionada pela percepção prático-sensorial e pelas ações mentais que caracterizam o pensamento (Libâneo, 1994). Entendida como fundamental no processo de ensino a assimilação ativa desenvolve no indivíduo a capacidade de lógica e raciocínio, facilitando o processo de aprendizagem do aluno.

Sempre estamos aprendendo, seja de maneira sistemática ou de forma espontânea, teoricamente podemos dizer que há dois níveis de aprendizagem humana: o reflexo e o cognitivo. O nível reflexo refere-se às nossas sensações pelas quais desenvolvemos processos de observação e percepção das coisas e nossas ações físicas no ambiente. Este tipo de aprendizagem é responsável pela formação de hábitos sensório motor (Libâneo, 1994).

O nível cognitivo refere-se à aprendizagem de determinados conhecimentos e operações mentais, caracterizada pela apreensão consciente, compreensão e generalização das propriedades e relações essenciais da realidade, bem como pela aquisição de modos de ação e aplicação referentes a essas propriedades e relações (Libâneo, 1994). De acordo com esse contexto podemos despertar uma aprendizagem autônoma, seja no meio escolar ou no ambiente em que estamos.

Pelo meio cognitivo, os indivíduos aprendem tanto pelo contato com as coisas no ambiente, como pelas palavras que designam as coisas e dos fenômenos do ambiente. Portanto as palavras são importantes condições de aprendizagem, pois através delas são formados conceitos pelos quais podemos pensar.

O ensino é o principal meio de progresso intelectual dos alunos, através dele é possível adquirir conhecimentos e habilidades individuais e coletivas. Por meio do ensino, o professor transmite os conteúdos de forma que os alunos assimilem esse conhecimento, auxiliando no desenvolvimento intelectual, reflexivo e crítico.

Por meio do processo de ensino o professor pode alcançar seu objetivo de aprendizagem, essa atividade de ensino está ligada à vida social mais ampla, chamada de prática social, portanto o papel fundamental do ensino é mediar a relação entre indivíduos, escola e sociedade.

O Caráter Educativo do Processo de Ensino e o Ensino Crítico.

De acordo com Libâneo (1994), o processo de ensino, ao mesmo tempo em que realiza as tarefas da instrução de crianças e jovens, também é um processo educacional.

No desempenho de sua profissão, o professor deve ter em mente a formação da personalidade dos alunos, não apenas no aspecto intelectual, como também nos aspectos morais, afetivos e físicos. Como resultado do trabalho escolar, os alunos vão formando o senso de observação, a capacidade de exame objetivo e crítico de fatos e fenômenos da natureza e das relações sociais, habilidades de expressão verbal e escrita. A unidade instrução-educação se reflete, assim, na formação de atitudes e convicções frente à realidade, no transcorrer do processo de ensino.

O processo de ensino deve estimular o desejo e o gosto pelo estudo, mostrando assim a importância do conhecimento para a vida e o trabalho, (LIBÂNEO, 1994).

Nesse processo o professor deve criar situações que estimule o indivíduo a pensar, analisar e relacionar os aspectos estudados com a realidade que vive. Essa realização consciente das tarefas de ensino e aprendizagem é uma fonte de convicções, princípios

EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SOBRAL

PLANO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO (LEI Nº 1477 DE 24/06/2015; IOM Nº 660 DE 25/06/2015)

Prezado(a),

A fim de atender na íntegra o conteúdo do edital, este tópico será disponibilizado na Área do Aluno em nosso site. Essa área é reservada para a inclusão de materiais que complementam a apostila, sejam esses, legislações, documentos oficiais ou textos relacionados a este material, e que, devido a seu formato ou tamanho, não cabem na estrutura de nossas apostilas.

Por isso, para atender você da melhor forma, os materiais são organizados de acordo com o título do tópico a que se referem e podem ser acessados seguindo os passos indicados na página 2 deste material, ou por meio de seu login e senha na Área do Aluno.

Visto a importância das leis indicadas, lá você acompanha melhor quaisquer atualizações que surgirem depois da publicação da apostila.

Se preferir, indicamos também acesso direto ao https://educacao.sobral.ce.gov.br/media/com_download/files/20220810165826.pdf

Bons estudos!

A POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA A ELEVAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (LIVRO: PRÊMIO INOVAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL – EXPERIÊNCIAS SELECIONADAS/ 2006; CAPÍTULO 09/ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP)

CAPÍTULO 9

A Política de Alfabetização como Estratégia para a Elevação do Desempenho Escolar nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental

Anísio Teixeira, (1900 – 1971), um dos educadores mais importantes do Brasil, afirmava ser contra a educação como processo exclusivo de formação de uma elite, porque mantinha a grande maioria da população em estado de analfabetismo e ignorância. Revoltava-o saber que, dos milhões que estavam na escola, apenas poucos conseguiam chegar à 4ª série, e os demais ficavam frustrados mentalmente e incapacitados para se integrarem em uma civilização industrial e alcançarem um padrão de vida de simples decência humana.

Decorridos muitos anos desde que o educador expressou essa preocupação, o cenário pouco mudou. Foi pensando em somar esforços para mudar a realidade citada por

Anísio Teixeira que a Secretaria Municipal de Educação de Sobral implantou, em janeiro de 2001, a experiência de gestão pedagógica “Política de Alfabetização como estratégia para elevação do desempenho escolar nas séries iniciais do ensino fundamental”.

Analfabetismo nas séries iniciais

No período de 1997 a 2000, a gestão educacional do município de Sobral havia investido fortemente na reestruturação da rede municipal, para garantir o acesso dos alunos à escola. Já no início de 2001, o foco passou a ser a qualidade do ensino. Assim, a Secretaria Municipal de Educação realizou um diagnóstico de leitura com todos os alunos de 2ª à 4ª série (12 mil alunos) a fim de conhecer precisamente a condição desses alunos com relação ao domínio da leitura. Esse diagnóstico apresentou um quadro crítico sobre a aprendizagem nas crianças nas séries iniciais.

Os resultados analisados apontaram que 60% dos alunos que estavam iniciando a 2ª série, 40% dos de 3ª série e 20% dos de 4ª série não dominavam os conhecimentos da alfabetização inicial, nem mesmo as habilidades de decodificação, a etapa mais básica do processo. O problema agravou-se quando foi considerado o percentual de alunos inseridos na condição de analfabetismo funcional. O que os gestores constataram, a partir dos resultados, é que estavam diante de uma escola que não ensinava.

A partir desse diagnóstico, a Secretaria Municipal de Educação definiu, então, metas prioritárias. A primeira foi a alfabetização de 100% das crianças de 6 e 7 anos de idade matriculadas na 1ª série básica e 1ª série regular, respectivamente. A segunda meta foi a alfabetização de 100% das crianças de 8 anos e mais, que haviam sido promovidas para as séries subsequentes sem que já soubessem ler.

Assim, a alfabetização ganhou prioridade máxima na gestão 2001/2004 e norteou a implantação de uma Política de Alfabetização. A estratégia de combate ao analfabetismo no município teve início com um trabalho nas séries iniciais, com alunos de 6 e 7 anos.

Foram estabelecidas, para isso, as seguintes metas prioritárias da gestão municipal:

- A garantia da alfabetização das crianças no tempo certo;
- A alfabetização dos alunos que, apesar de estarem matriculados da 2ª à 4ª série, ainda não haviam adquirido as habilidades básicas de leitura e escrita correspondentes.

Gestão escolar e ação pedagógica

Para atingir os resultados desejados, foram definidos dois eixos estratégicos: um no âmbito da gestão escolar como um todo e outro relativo à gestão pedagógica ou aos processos de ensino-aprendizagem.

Com relação à gestão escolar, foi feita uma parceria com o Centro Regional de Desenvolvimento da Educação (Crede), da Secretaria Estadual de Educação. Com essa parceria acabou a dualidade das redes e todos os alunos de 1ª a 4ª série ficaram sob a responsabilidade do município, enquanto os alunos de 5ª a 8ª série são atendidos somente pelo Estado.

Houve grande disposição do Estado na operacionalização do processo.

Em seguida, a Secretaria Municipal de Educação promoveu seleção pública de diretores, que deveriam atender a critérios técnicos, em várias etapas, a saber: prova escrita eliminatória, com conteúdo divulgado anteriormente e seminários gratuitos oferecidos aos candidatos para que eles se preparassem; curso sobre gestão

escolar de frequência obrigatória; avaliação por meio de dinâmicas de grupo sobre as características comportamentais dos candidatos; e entrevistas com o secretário e a subsecretária.

A seleção renovou dois terços do quadro de diretores. Posteriormente, o processo foi consolidado em uma lei municipal que assegura a seleção de diretor e a autonomia da escola.

Como a equipe da Secretaria acreditava que o fortalecimento da gestão escolar traria uma maior autonomia administrativa, pedagógica e financeira para as escolas do município, os diretores passaram a ser responsabilizados pelos resultados das escolas e pela efetividade das ações do projeto. A proposta foi acabar com a relação anterior entre as escolas e a Secretaria, onde os papéis não eram muito claros, os diretores eram tutelados e a Secretaria mantinha-se distante e autoritária.

A autonomia da gestão escolar é articulada ao estabelecimento de metas anuais para as escolas com base nos dados de rendimento do ano anterior. Cabe às escolas e seus diretores um conjunto de deveres e direitos daí decorrentes: definir a lotação dos professores; escolha do(s) coordenador(es) pedagógico(s) no banco de dados dos profissionais previamente selecionados pela Secretaria; e, finalmente, a autonomia financeira da escola por meio do Fundo para o Desenvolvimento e Autonomia da Escola (Fundae), que mensalmente disponibiliza recursos para o custeio, a manutenção e a aquisição de material de consumo pelas escolas municipais.

Outra medida adotada dentro do eixo gestão escolar foi a instituição do Prêmio Escola Alfabetizadora, com um incentivo financeiro, inicialmente, para as cinco escolas com melhores resultados nas avaliações externas e, a partir de 2003, para todas que alcançarem as metas propostas pela Secretaria da Educação. Segundo a secretária de Educação, o que garante o sucesso da ação é a valorização do professor ao ser reconhecido publicamente diante das autoridades locais.

O prêmio é concedido aos alfabetizadores das turmas de 1ª série básica (crianças de 6 anos) e regular (crianças de 7 anos de idade), o que correspondeu à meta 1, e aos professores das turmas de 2ª a 4ª série (meta 2), com crianças maiores de 8 anos e não-leitoras. Uma portaria de 2003 da Secretaria Municipal de Educação estabeleceu os seguintes critérios para que a escola fosse contemplada:

- Percentual mínimo de 90% de alfabetizadores, considerando os alunos correspondentes às séries definidas;
- Resultado mínimo de 75% de alunos alfabetizados na 1ª série básica;
- Todas as turmas deveriam alcançar um percentual superior a 70% de alfabetizados;
- Pelo menos 98% dos alunos das metas 1 e 2 deveriam passar pelo processo de avaliação externa de aprendizagem. As transferências deveriam ser comprovadas por meio do documento de matrícula do aluno na escola de destino.

Os valores anuais das premiações eram de R\$ 1,5 mil para diretores, R\$ 1.250 para coordenadores pedagógicos, R\$ 1 mil para vice-diretores e R\$ 1 mil, por turma, para professores alfabetizadores. No ano de 2003, 17 das 38 escolas foram premiadas; em 2004, foram 20 as contempladas.

Com relação à ação pedagógica, houve um fortalecimento por meio da capacitação continuada minuciosamente preparada, especialmente para os professores da alfabetização, somado a uma cultura de monitoramento calcada na avaliação externa, que se tornou obrigatória e regular.

Foi reforçada, também, a avaliação externa como instrumento para acompanhar o desempenho dos alunos. “É a escola vista por dentro”, diz a secretária de Educação. Houve inicialmente rejeição por parte dos professores, o que diminuiu com o tempo, à medida que se mostrava que o objetivo do processo era apoiá-los para o

alcançe das metas. Após o tratamento dos dados pela equipe, cada escola recebe o seu resultado para analisá-lo e discuti-lo com seus professores. De acordo com os envolvidos no projeto, o sucesso da Política de Alfabetização de Sobral deve-se em grande parte à avaliação externa, pois essa verificação periódica de aprendizagem, somada à análise posterior dos dados pela Secretaria e escolas, fornece os subsídios vitais para planejar ações corretivas e ainda aumentar a abrangência e eficácia dos procedimentos metodológicos.

Também fez parte do fortalecimento da ação pedagógica a formação continuada dos professores, pautada pela articulação pragmática entre conteúdos mais filosóficos e a disponibilização de “rotinas pedagógicas”, cujo objetivo é dar instrumentos para os professores definindo o “passo a passo” do planejamento diário (divisão do tempo e dos conteúdos e dinâmicas), semanal ou mensal, facilitando especialmente aqueles que encontram maiores dificuldades no trabalho docente. Ao lado das “rotinas”, a Secretaria oferece material pedagógico e material de consumo. Todo o planejamento é a seguir acompanhado semanalmente em cada escola pelos coordenadores pedagógicos, sob a supervisão dos diretores, responsáveis finais pelo sucesso do projeto. A fim de garantir os 200 dias letivos, e, diante da capacitação em serviço, a Secretaria conta com um banco de dados de professores, para atuar como substitutos, sempre que necessário.

Como forma de valorização e incentivo ao trabalho dos alfabetizadores, desde 2002, eles recebem uma gratificação salarial no valor de 30% do salário. Outras estratégias estão previstas para serem agregadas a essa, como, por exemplo, a realização de novos concursos públicos e a atualização do Plano de Cargos e Salários compatível com o esforço gasto na formação continuada.

Resultados alcançados com a experiência

Entre os resultados obtidos pela “Política de Alfabetização” destaca-se o fato de que, em 2004, a rede municipal alcançou o percentual de 92% de crianças alfabetizadas ao final da 1ª série regular (7 anos). Esse percentual é composto pelo número de crianças que soube ler, em voz alta, o texto apresentado pelo avaliador em uma aplicação individual que era gravada para posterior avaliação de uma outra equipe examinadora. Na 1ª série básica, 89,1% das crianças (6 anos) conseguiram ler textos ou frases, a partir da mesma sistemática de avaliação. Vale lembrar que a quase totalidade desse grupo, até 2000, concluía o ano letivo sem nenhuma aprendizagem significativa nessa área, correndo o risco de permanecer assim pelos anos seguintes.

Outro indicador de resultado importante é que, quando a política foi implantada, o número de alunos analfabetos ao longo do ensino fundamental era de cerca de 5 mil alunos, dos 18 mil matriculados de 1ª a 4ª série. Em 2004, esse total chegou a 964 alunos, em 2005, a 699 e, finalmente, em 2006, caiu para 696 alunos.

Além disso, segundo informações da Secretaria de Educação, houve importantes transformações na cultura educacional da rede municipal, como o senso de responsabilização da escola pelos resultados de seus alunos. “A escola passou a responder efetivamente pelos resultados e entender que a condição social desfavorável da grande maioria das famílias não condena o aluno ao fracasso”, diz a secretária.

Os indicadores de distorção idade/série e abandono também melhoraram. Em 2000, a taxa de abandono no ensino fundamental da rede municipal era de 9,94%. Em 2005, foi de 1,75%. Já o índice de distorção idade-série em 2000 era de 57,5%, enquanto que em 2005 caiu para 17,77%.

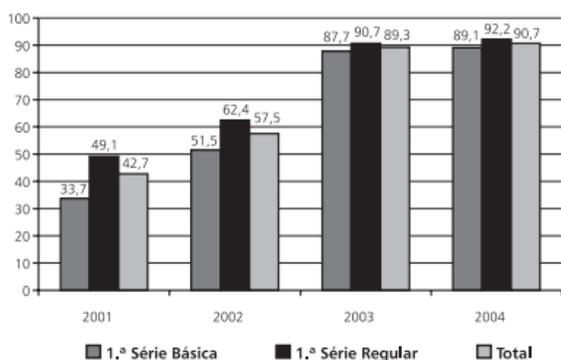


Figura 1 – Município de Sobral – Evolução da taxa de alfabetização – 2001 a 2003 (%)
 Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Sobral.

O quadro abaixo apresenta o número alunos beneficiados com a experiência, entre as turmas de alfabetização da 1ª série básica (6 anos) e da 1ª série regular (7 anos) e os alunos de 2ª a 4ª série não-leitores, regularmente matriculados nas escolas públicas municipais da rede de ensino do município de Sobral.

Quadro 1

Ano	Alunos beneficiados		
	META 1 1ª série básica e 1ª série regular	META 2 2ª a 4ª série (não-leitores)	Total
2001	7.106	4.534	11.640
2002	6.577	4.557	11.134
2003	6.043	3.048	9.091
2004	6.108	964	7.072
2005	6.208	699	6.907

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Sobral.

Avanço para as demais séries

A equipe da Secretaria de Educação constatou que os ganhos com o projeto de alfabetização estavam correndo o risco de se perder com a promoção dos alunos das 1ª séries básica e regular para as séries seguintes do ensino fundamental, já que estas continuavam seguindo o modelo tradicional. Em razão disso, a Secretaria iniciou, em 2005, o uso da mesma metodologia na 2ª série e, em 2006, vem estendendo o procedimento às 3ª e 4ª séries.

Mudança de paradigma

No processo de implantação da experiência, a Secretaria foi pouco a pouco conquistando o respeito e o apoio da sociedade em geral, das famílias e mesmo do legislativo local. Boa parte disso se deve às iniciativas de mobilização das famílias quanto à importância da escola para seus filhos. Os bons resultados alcançados pela experiência fizeram com que fosse viabilizada a formalização jurídica da iniciativa e inaugurado um novo paradigma na gestão educacional do município.

Quadro 2 – Despesas anuais do projeto

(continua)

1ª série básica	Qtd.	Valor unitário	Valor mensal	Meses	Valor anual
Instrutores	3	666,67	2.000,00	11	22.000,00
Kit dos professores	140	25,00	3.500,00	10	35.000,00
Deslocamento dos profs./encontro (2/mês)	38	11,25	427,50	10	4.275,00
Alimentação	110	7,50	825,00	10	8.250,00
Material didático (aluno/professor/classe)	3.047	6,41	19.519,20	10	195.192,00
Substituições professores (dia da formação)	188	15,00	2.820,00	10	28.200,00
Gratificação professores	140	116,86	16.360,00	11	179.960,00
Total			39.951,70		415.877,00

Quadro 2 – Despesas anuais do projeto

(conclusão)

1ª série regular	Qtd.	Valor unitário	Valor mensal	Meses	Valor anual
Instrutores / Elaboração de material	3	1.100,00	3.300,00	11	36.300,00
Consultor	1	1.000,00	1.000,00	10	10.000,00
Kit dos professores	119	25,00	2.975,00	10	29.750,00
Deslocamento dos professores/encontro	25	11,25	281,25	10	2.812,50
Alimentação (professores)	100	7,50	750,00	10	7.500,00
Material didático (aluno / profs / coordenador)	3.081	2,70	8.325,00	10	83.250,00
Substituições professores (dia da formação)	159	15,00	2.385,00	11	26.235,00
Gratificação professores	127		11.000,00	11	121.000,00
Total			30.016,25		316.847,50
Meta 2	Qtd.	Valor unitário	Valor mensal	Meses	Valor anual
Instrutores	4	250,00	1.000,00	7	7.000,00
Alimentação profs./mês	41	7,50	307,50	7	2.152,50
Kit dos professores	41	20,00	820,00	7	5.740,00
Deslocamento dos professores/encontro	11	11,25	123,75	7	866,25
Material didático – alunos	652	3,00	6.003,66	8	48.029,30
Substituições professores (dia da formação)	46	15,00	690,00	8	5.520,00
Gratificação professores	38	75,00	3.765,00	8	30.120,00
Total			8.254,91		63.788,05

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Sobral.

Quadro 3

Contexto sócio-econômico		
Estimativa mais recente da população municipal	2006	175.818
Valor do Fundo de Participação dos Municípios (R\$)	2002	29.173.809
Valor da arrecadação municipal (R\$)	2004*	139.685.711
PIB municipal total (R\$)	2003	757.088,95
Números da educação		
Número de estabelecimentos de ensino da rede pública municipal	2005	97
Matrícula total da rede pública municipal	2005	31.901
Funções docentes** na rede pública municipal	2005	1.076
Porcentual de docentes com curso superior	2005	62,3

Fonte: Inep, Edudata, IBGE, Datasus, Ipesa, STN.

* Não há dados de 2005 no site do Tesouro Nacional (24/11/06).

** O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DE FORMAÇÃO DE LEITORES DOS ANOS INICIAIS

AUTONOMIA DA CRIANÇA: SIGNIFICADO E IMPORTÂNCIA;

Autonomia é um termo de origem grega cujo significado está relacionado com independência, liberdade ou autossuficiência..

Em Filosofia, autonomia é um conceito que determina a liberdade de indivíduo em gerir livremente a sua vida, efetuando racionalmente as suas próprias escolhas.

Na educação, a autonomia é, ou pelo menos deveria ser, um processo de construção.

“Autonomia: termo introduzido por Kant para designar a independência da vontade em relação a todo sujeito ou objeto de desejo e a sua capacidade de determinar-se em conformidade com uma lei própria, que é a da razão. A autonomia é contraposta por Kant à heteronomia pela qual a vontade é determinada pelos objetos da faculdade de desejar”.

As crianças estão entrando cada vez mais cedo em nossas escolas, e isso implica na questão de prepará-las para uma vida escolar mais propícia ao seu desenvolvimento integral, até mesmo, na formação do sua identidade. Com isso e para isso, torna-se indispensável um olhar mais que especial e sim de extrema importância, para o desenvolvimento da autonomia das crianças, tanto física, intelectual e moral, para que seu desenvolvimento seja pleno, saudável, e prazeroso, tanto pra nós docentes quanto para as crianças.

Autonomia não é algo que se conquista do dia para noite. Não tem tempo estimado nem pontos específicos para um determinado grupo: a construção da autonomia é um processo individual de cada indivíduo, levando em consideração todo seu histórico de vida, seus estímulos ou falta deles, vida familiar, vida escolar, etc.

Por isso, a autonomia é um processo, não um resultado.

Desenvolver a autonomia das crianças é **fundamental para a formação**. Quando estimulamos os alunos a serem mais autônomos, oferecemos uma educação que vai durar por toda vida, não apenas durante o período escolar.

O conceito de autonomia significa “capacidade de **tomar decisões não forçadas** e baseadas em informações disponíveis”, ou seja, é quando a pessoa consegue transformar todo o repertório de informações que ela recebe ao longo da vida em um conhecimento **prático e funcional**.

Um estudo feito pela Universidade de Montreal afirma que desenvolver a autonomia desde cedo para as crianças ajuda inclusive no **desempenho cognitivo** delas.

Desenvolver a autonomia traz vários benefícios à criança:

- Possibilita a pró-atividade.
- Estimula a capacidade de resolução de problemas.
- Incentiva a construção de um pensamento crítico.
- Aumenta a independência emocional.
- Constrói autoestima.
- Colabora no desenvolvimento do corpo e da mente.

Não faça pela criança aquilo que ela tem autonomia para fazer

É muito comum adultos confundirem o cuidado excessivo com o afeto. Muitas vezes essa vontade de ajudar a todo momento pode, na verdade, **atrapalhar o desenvolvimento** da criança. Além disso, na correria do dia a dia, acaba sendo mais fácil fazer por eles do que esperar o tempo que eles aplicam em atividades simples, como calçar o tênis.

Aprender a controlar essas ações que muitas vezes podem ser involuntárias é necessário. O que as crianças mais precisam nesse momento é de adultos que entendam suas dificuldades e colaborem para que elas consigam superá-las sozinhas.

Nessas horas um bom educador deve ser:

- Um facilitador
- Empático
- Compreensivo
- Equilibrado
- Disposto a dialogar

E como a autonomia pode ser aplicada em sala de aula?

É preciso perceber que **cada aluno tem seu tempo** de aprendizado e seu ritmo próprio. O ideal é pensar em outras formas de educação, fazendo com que as crianças realmente aprendam. Torne o aprendizado mais interessante, saindo da lógica de decorar conteúdos

Algumas dicas para o desenvolvimento da autonomia:

- Durante o projeto de leitura, ao invés de propor uma leitura, deixe os alunos escolherem o que será lido;
- Permita que eles criem e testem teorias, brincadeiras e atividades. Coordene atividades práticas;
- Estimule a percepção dos sentimentos. Isso cria alunos com mais autonomia emocional;
- Incentive o auxílio ao próximo, fazendo com que eles se sintam úteis;
- Motive a produção de textos de interesses e temas propostos por eles;
- Estimule debates em grupo;
- Use a tecnologia para ensinar em sala de aula;
- Permita que eles errem. Errar faz parte de qualquer processo de aprendizagem e não deve ser algo traumático. Você pode elaborar uma atividade que dê o foco justamente na importância do erro para as pessoas.

Desenvolva atividades de acordo com a idade do aluno

Para que a autonomia seja exercida de uma forma efetiva, é necessário se atentar às limitações de cada criança. A ideia é oferecer desafios que estejam de acordo com a idade delas para que os desafios possam ser concluídos sem aumentar ainda mais a limitação e a frustração.

Veja o que a criança é capaz de fazer de acordo com cada idade:

- Dos 2 aos 3 anos: A criança é capaz de se alimentar sozinha, se sentar à mesa, guardar brinquedos e colocar sapatos sem cadarço.

- Dos 3 aos 4 anos: Ir ao banheiro sozinha, com a supervisão de um responsável, arrumar a mochila para ir à escola e separar roupas sujas das limpas.

- Dos 4 aos 5 anos: A criança consegue se trocar e fazer sua própria higiene pessoal e até mesmo fazer coisas mais precisas como passar a geleia no pão.

- A partir dos 5 anos: Ela pode organizar o próprio quarto, arrumar a cama, lavar louças não pesadas e ainda ajudar na preparação de alguns alimentos.

É importante também estimular a criança a cuidar da casa de diversas formas, como: regando as plantas, alimentando os animais e cuidando dos lixos recicláveis, por exemplo. Isso faz com que ela se sinta incluída na rotina.

A aprendizagem só ocorre de fato quando se dá autonomia as crianças, pois esta só se concretiza quando elas próprias a vivem. Com isso professores devem estar abertos para novos aprendizados e novos desafios.

Ninguém disse que é fácil, e de fato, não o é. Pois o ato de educar, principalmente sob essas novas visões pedagógicas é complexo, é instigante, nos tira totalmente de um comodismo de anos, nos tira da zona de conforto de ser o centro do ensino, pois hoje nossos alunos são o centro de nossa ação pedagógica.

Ensinar à autonomia as crianças, não significa só dar total liberdade a elas e sim estimulá-las a serem responsáveis, pelas suas aprendizagens, escolhas, pelo seu comportamento, e de agregarem novos conhecimentos, para que possam de forma prazerosa desvendar seus erros e acertos aprimorando seus aprendizados.

Quando uma criança tem o direito de escolha, ela observa e descobre por si mesma, novas estratégias, novos meios, como acontecem certos erros, como calcular a distância do prato do buffet para não derrubar a comida, como saber quando é o limite para ir ao banheiro sem fazer na roupa, como repensar suas decisões como suas e que tudo traz uma consequência boa ou ruim, enfim, o mais mágico disso, é que essa criança se sente segura para ser simplesmente, ela mesma. Como um ser crítico e pensante, que tem características individuais, que são únicas.¹

A BRINCADEIRA E O PENSAMENTO DA CRIANÇA

O lúdico é importante na educação infantil é através dele que a criança vem a desenvolver habilidades para a aprendizagem se efetivar.

A educação lúdica sempre esteve presente em todas as épocas entre os povos e estudiosos, sendo de grande importância no desenvolvimento do ser humano na educação infantil e na sociedade.

Os jogos e brinquedos sempre estiveram presentes no ser humano desde a antiguidade, mas nos dias de hoje a visão sobre o lúdico é diferente. Implicam-se o seu uso e em diferentes estratégias em torno da prática no cotidiano.

Para que o lúdico contribua na construção do conhecimento faz-se necessário que o educador direcione toda a atividade estabeleça os objetivos fazendo com que a brincadeira tenha um caráter pedagógico e não uma mera brincadeira, promovendo assim, interação social e o desenvolvimento de habilidades intelectivas.

Contexto Histórico da Ludicidade

A história da humanidade a partir da Idade Média mostra que os jogos, embora sempre presentes nas atividades sócio educacionais, não eram vistos como um recurso pedagógico capaz de promover a aprendizagem, mas tendo como foco as atividades recreativas

Ariés (1981) afirma que:

Na Idade Média, os jogos eram basicamente destinados aos homens, visto que as mulheres e as crianças não eram consideradas cidadãos e, por conseguinte, estando sempre à margem, não participavam de todas as atividades organizadas pela sociedade. Porém, em algumas ocasiões nas quais eram realizadas as festas da comunidade, o jogo funcionava como um grande elemento de união entre as pessoas.

Ariés, relata que apenas os homens tinham o privilégio de participar dos jogos, pois nesse período as mulheres e as crianças não exerciam esse direito, por não serem considerados cidadãos. Na Idade Média as crianças eram vista como adultos em miniaturas e tinham que trabalhar, raramente os meninos eram inseridos nas brincadeiras.

Apesar de todas essas restrições, nos momentos festivos os jogos eram considerados um instrumento de união e integração entre a comunidade.

No Renascimento, inicia-se o período no qual uma nova concepção de infância desponta e tem como características o desenvolvimento da inteligência mediante o brincar, alterando a ideia anterior de que o jogo era somente uma distração.

Sobre isto, Kishimoto (2002, p. 62) afirma que:

O renascimento vê a brincadeira como conduta livre que favorece o desenvolvimento da inteligência e facilita o estudo. Por isso, foi adotada como instrumento de aprendizagem de conteúdos escolares. Para se contrapor aos processos verbalistas de ensino, à palmatória vigente, o pedagogo deveria dar forma lúdica aos conteúdos.

A autora confirma a informação de que durante o Renascimento o jogo serviu para divulgar princípios de moral, ética e conteúdos de áreas como história e geografia, com base de que o lúdico era uma conduta livre que favorecia o desenvolvimento da inteligência, facilitando o estudo. Iniciando um processo de entendimento por parte das sociedades, com relação a algumas especificidades infantis, mudando a concepção de que as crianças eram adultas em miniatura.

No Romantismo o jogo aparece como conduta típica e espontânea da criança, que com sua consciência poética do mundo, reconhece a mesma como uma natureza boa, mais que um ser em desenvolvimento com características próprias, embora passageiras, a criança é vista como um ser que imita e brinca dotada de espontaneidade e liberdade, semelhante à alma do poeta.

¹ Fonte: www.blog.wpensar.com.br/www2.faccat.br

Froebel 1913, foi influenciado pelo grande movimento de seu tempo em favor do jogo. Ao elaborar sua teoria da lei da conexão interna, percebe que o jogo resulta em benefícios intelectuais, morais e físicos e o constitui como elemento importante no desenvolvimento integral da criança.

Nesse contexto, o lúdico torna-se uma das formas adequadas para a aprendizagem dos conteúdos escolares, em que o professor deverá usá-lo como uma ferramenta fundamental na prática pedagógica.

O lúdico no contexto histórico do Brasil surgiu por meio de raízes folclóricas nos quais diversos estudos clássicos apontam que as origens brasileiras são provenientes da mistura de três raças, negros, índios e portugueses durante o processo de sua colonização.

Em virtude da ampla miscigenação étnica a partir do primeiro grupo de colonização, fica difícil precisar a contribuição específica de brancos, negros e índios nos jogos tradicionais infantis atuais no Brasil.

É bastante conhecida a influencia portuguesa através de versos, adivinhas e parlendas.

Sobre isso Kishimoto (2002, p.22), afirma que:

Desde os primórdios da colonização a criança brasileira vem sendo ninada com cantigas de origem portuguesas. E grande parte dos jogos tradicionais popularizados no mundo inteiro como, jogo o de saquinho (ossinho), amarelinha, bolinha de gude, jogo de botão, pião e outros, chegou ao Brasil, sem dúvida por intermédio dos primeiros portugueses. Posteriormente, no Brasil receberam novas influencias aglutinando-se com outros elementos folclóricos como, o do povo negro e do índio.

Kishimoto relata que as brincadeiras e as cantigas que fazem parte da cultura brasileira, receberam fortes influencias dos portugueses, não descartando a contribuição de outras culturas de povos, como a do negro e do índio.

Muitos pesquisadores denominam o século XXI como o século da ludicidade. Período que a diversão, lazer e entretenimento, apresentam-se como condições muito pesquisadas pela sociedade. E por tornar-se a dimensão lúdica alvo de tantas atenções e desejos, faz-se necessário e fundamental resgatar sua essência, dedicando estudos e pesquisas no sentido de evocar seu real significado.

Dalla Valle, (2010, p.22) relata que:

independente do tempo histórico; o ato de brincar possibilita uma ordenação da realidade, uma oportunidade de lidar com regras e manifestações culturais, além de lidar com outro, seus anseios, experimentando sensações de perda e vitória.

Dalla Valle, considera que a importância do brincar não depende do espaço e nem do tempo o qual está inserido, em qualquer contexto desempenha muito bem seu papel de oportunizar a criança à compreensão de regras, de estar em grupo e poder absorver para sua vida manifestações culturais e emoções novas por meio das brincadeiras infantis.

É por isso que a proposta de incluir as atividades lúdicas na educação infantil vem sendo discutida por muitos pensadores e educadores, que a formação do educador seja de total responsabilidade pela permanência do aluno na escola, para adquirir valores, melhorar os relacionamentos entre os colegas na sociedade que é um direito de todos.

O sentido real, verdadeiro, funcional da educação lúdica estará garantindo se o educador estiver preparado para realizá-lo. Nada será feito se ele não tiver um profundo conhecimento sobre os fundamentos essenciais da educação lúdica, condições suficientes para socializar o conhecimento e predisposição para levar isso adiante (ALMEIDA, 2000, p.63)

Encontra-se nos dias de hoje, lugares que ainda não colocaram em seu cotidiano, atividades lúdicas para enriquecer as ferramentas para o processo de ensino e aprendizagem. A educação lúdica sempre esteve presente em todas as épocas, é ainda desvalorizado em algumas instituições. defasando o processo de construção de conhecimento.

Os Vários Olhares Sobre a Ludicidade

Existem muitos olhares, e muitos contares de pessoas que vivem, pensam e escrevem sobre a ludicidade, nos possibilitando ter ideias do papel e da importância deste termo tão discutido e utilizado na educação infantil.

Evoluímos muito no discurso a cerca do brincar e reconhecemos cada vez mais seu significado para a criança e suas possibilidades nas áreas da educação, cultura e lazer. Abordaremos aqui três Teorias: a Sociantropológica, Filosófica e Psicológica, como exemplos desta vastidão de "olhares" sobre a ludicidade".

Nesses "vários olhares sobre a ludicidade" percebe-se que não há uma concordância entre suas ideias, muito pelo contrário as dissonâncias foram fundamentais para que houvesse diferentes embasamentos teórico-metodológico que sustentaram suas obras.

Nas teorias Socioantropológicas verifica-se o ato de brincar como uma ação psicológico onde o brincar seria oposto a realidade.

Sobre isto Brougère afirma:

Brincar é visto como um mecanismo psicológico que garante ao sujeito manter certa distância em relação ao real, fiel na concepção de Freud, que vê no brincar o modelo do princípio de prazer oposto ao princípio da realidade. Brincar torna-se o arquétipo de toda atividade cultural que, como a arte, não se limita a uma relação simples como o real. (O Brincar e suas teorias, 2002, p.19)

Essa concepção traduz a psicologização contemporânea do brincar, ou seja, tenta justificar a necessidade de um individuo de se isolar das influências do mundo, durante uma brincadeira.

Ainda sobre esta concepção Brougère afirma:

Concepções como essas apresentam o defeito de não levar em conta a dimensão social da atividade humana que o jogo, tanto quanto outros comportamentos não podem descartar. Brincar não é uma dinâmica interna do indivíduo, mas uma atividade dotada de uma significação social precisa que, como outras, necessitam de aprendizagem. (O Brincar e suas teorias, 2002, p.20)

A concepção socioantropológica, também garante que o processo de aprendizagem é que torna possível o ato de brincar, pois afirma que antes que a criança brinque ela tem que aprender a brincar, reconhecendo assim certas características essenciais do jogo como o aspecto fictício que possui alguns deles. A respeito disto, Brougère, afirma: